

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ALICE SCHMITZ TOLDO

**SOBERANIA NACIONAL E DEPENDÊNCIA:
o caso costarriquenho (1940-1949)**

Porto Alegre

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ALICE SCHMITZ TOLDO

**SOBERANIA NACIONAL E DEPENDÊNCIA:
o caso costarriquenho (1940-1949)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção de
título de licenciada em história

Orientador: Prof. Dr. Luiz Dario
Teixeira-Ribeiro

Porto Alegre
2018

“[...]”

Diogo: Você já resolveu o que vai fazer da vida?

Lucas: Sei lá, andar por aí, conhecer gente, fazer a revolução...

Diogo: Você não tem medo de morrer?

Lucas: Não... tenho medo de não viver.

Diogo: Por que você resolveu estudar História?

Lucas: Pra entender as coisas. Você também, não é?

Diogo: É! Mas as vezes não sei se é por aí. A História deles é o contrário da vida.

Lucas: Mas pra a gente é uma arma. Outro dia perguntaram na prova em que ano caiu o Império Romano no ocidente. Avaliando que nós, os bárbaros, já estamos às portas da universidade, respondi que o império vai cair agora, em 68.

Diogo: Avaliando que quem corrige as provas é a civilização decadente, você vai é levar pau no vestibular! [...]”

A Lira dos Vinte Anos, de Paulo César Coutinho

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe e meu pai pelo eterno suporte – nos saltos e nas quedas. Ao meu irmão, por nunca me deixar tranquila com meus saberes.

Agradeço a Cida, minha professora de História do Ensino Médio e meu eterno exemplo para o trabalho docente. Sem ela, este trabalho nunca teria sido inventado.

O mais profundo agradecimento aos amigos do curso de História pelos dias, noites, cafés, cerveja, discussões teóricas e discussões vitais, futebol, viagens, andar na contramão na BR e nadar contra a corrente. Se eu me formar, devo isto a vocês. Obrigada aos companheiros de CHIST em todos esses anos, que me ensinaram a não fraquejar quando luto pelo que é justo e me viram dar os primeiros passos da militante que sou hoje.

Agradeço em especial a Re, Cris, Cal, Grê, Praia, Vá, Levan, Topo, Mari Schleder, Bá, Lauter, Linaia, Laura Galli, Fábio, Gui, Pedrinho, Carol, Caio e Luana. Greice, obrigada pela amizade e por me ensinar a encontrar minha força. Bibiana, obrigada por nosso amor e parceria que resiste ao peso do mundo.

Sou profundamente grata aos amigos da Teatraria, que me deram forças nessa etapa final para concluir esse trabalho, com todo o poder que a arte tem.

Agradeço aos professores da graduação que contribuíram para minha formação. Aos técnicos e funcionárias terceirizadas que mantêm a UFRGS funcionando todos os dias e pelo exemplo de sua incessável força em lutar por melhores condições de trabalho. Ao meu orientador de TCC, Luiz Dario Teixeira-Ribeiro por ter topado, do seu jeito, fazer parte desse projeto e pelas belas contribuições em minha vida acadêmica (ele vai dizer que não, mas reafirmo que estou sendo absolutamente sincera). Obrigada aos professores Carla Ferreira e Mathias Luce, que me orientaram ao longo da graduação e seguem me orientando por uma docência e pesquisa rigorosa, ética e crítica. Obrigada ao grupo de pesquisa HEDLA e as discussões proporcionadas.

Por fim, agradeço aos meus camaradas da União da Juventude Comunista e de todas as frentes do Partido Comunista Brasileiro. Com vocês sou indestrutível, pois não termino em mim mesma.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a soberania nacional como categoria na América Latina, a partir do caso costarriquenho, país sem exército nacional. O recorte temporal desta pesquisa se localiza entre 1940 e 1949, espaço de tempo que compreende importantes mudanças políticas no país, que culminam na Guerra Civil de 1948 e na Constituição de 1949, que abole as forças armadas regulares. A partir dos conceitos e das categorias *Estado*, *soberania*, *imperialismo*, *dependência*, *superexploração*, *valor*, *transferência de valor* e *crise orgânica*, analisaremos a história política da Costa Rica e as consequências da Guerra Civil, a fim de refletir sobre as possibilidades de democracia e soberania nacional na América Latina. Nossa principal fonte é a Constituição de 1949, a qual analisamos para compreender sua concepção ideológica e a forma como seus pressupostos se relacionam com o imperialismo.

Palavras Chave: América Latina, Costa Rica, Dependência, Soberania Nacional, Estado, Democracia, Exército.

Resumen

El presente trabajo pretende analizar la soberanía nacional como categoría en América Latina, a partir del caso costarricense, país sin ejército nacional. El recorte temporal de esa investigación se ubica entre 1940 y 1949, espacio de tiempo que comprende importantes cambios políticos en el país, que culminan en la Guerra Civil de 1948 y en la Constitución de 1949, que abole a las fuerzas armadas regulares. Nuestra perspectiva teórica es la Teoría Marxista de la Dependencia y, a partir de los conceptos y de las categorías *Estado, soberanía, imperialismo, dependencia, superexplotación, valor, transferencia de valor y crisis orgánica*, analizaremos la historia política de Costa Rica y las consecuencias de la Guerra Civil, a fin de reflexionar sobre las posibilidades de democracia y soberanía nacional en América Latina. Nuestra principal fuente es la Constitución de 1949, la cual analizamos para comprender su concepción ideológica y la forma en que sus presupuestos se relacionan con el imperialismo.

Palabras Clave: América Latina, Costa Rica, Dependencia, Soberanía Nacional, Estado, Democracia, Ejército.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Preços Médios do Café da Costa Rica por Kilo, 1922-1934	26
Gráfico 2: Estrutura produtiva do setor rural de 1864 a 1950	27-28
Gráfico 3: Área semeada em cultivos de consumo interno e exportação	29

Lista de Tabelas

Tabela 1: Classes Sociais no Capitalismo	16
Tabela 2: Área estimada em hectares de uso agropecuário de 1890 a 1925	19-20
Tabela 3: Exportação de produtos agrícolas, de 1890 a 1920 - em milhões de dólares	20
Tabela 4: exportações e importações, em dólares, 1928-1939	27
Tabela 5: Costa Rica: A dívida Pública em Milhões de Colónes (1940-1944)	32-33
Tabela 6: Costa Rica: Índice de Preços 1941-1944 (1936 = 100)	33
Tabela 7: Empréstimos Realizados por Bancos Comerciais, em milhões de colones (1945-1950)	42
Tabela 8: Empréstimos Realizados pelas Juntas Rurais de Crédito Agrícola, em milhões de Colones (1945-1950)	42

Sumário

Introdução	10
1. A construção e derrota do Estado oligárquico-liberal costarricense	18
1.1. A formação econômico-social costarricense: a unidade contraditória entre o econômico e o político	29
1.2. Considerações Finais	36
2. Exército Nacional e Soberania Restringida	38
2.1. Valor e Transferência de Valor como Intercâmbio Desigual	38
2.1.2. Renda da Terra e a Renda Diferencial	40
2.2. Estado e Exército Nacional	43
2.3. A Constituição de 1949	45
2.3.1. Capitalismo Contra Democracia	50
2.4. Considerações Finais	51
Conclusão	54

Introdução

Neste trabalho pretendo estudar a integração da Costa Rica no mercado capitalista mundial e como sua relação com os países do centro hegemônico capitalista influenciou não só a forma como se estruturou a economia costarriquenha, como também sua posição política diante do imperialismo estadunidense, criando uma situação condicionante de sua soberania enquanto Estado Nacional. O recorte temporal desta pesquisa se localiza entre 1940 e 1949, espaço de tempo que compõe radicais mudanças na política costarriquenha e que culminam na Guerra Civil de 1948, concluindo com a chamada Constituição de 1949, que dissolveu o Exército Regular do país.

Antes de tudo, este trabalho tem uma motivação pessoal. Ele é resultado do momento que me deparei, ainda no Ensino Médio, com o conhecimento da não existência de exército regular na Costa Rica. Ao levar essa questão a minha professora de História da época, em um gesto de grande habilidade pedagógica, ela me disse não conhecer esse fato tão peculiar, muito menos sua razão, criando em mim quase que uma tarefa histórica de solucionar esse problema. Este trabalho, então, se justifica para que (teimosamente) se possa responder essa pergunta, agora aparelhada pela perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e pela necessidade de compreender as variadas formas pelas quais o imperialismo estruturou as relações político-econômicas na América Latina.

Em relação à Costa Rica, ela deve ser analisada pela sua peculiaridade econômico-política. O país em questão se apresenta como “desenvolvido” e com características “primeiro-mundistas”¹, inclusive “pacifistas”, por não ter exército. É necessária então uma análise para compreender a essência por trás da aparência.

Este trabalho consistirá em uma investigação sobre parte da economia política latino-americana a partir da pergunta norteadora: “como se dá a questão da soberania nacional no Estado da Costa Rica?”. Esta pergunta é feita a partir da relação entre fontes e referências bibliográficas, estas últimas tratando o desenvolvimento do Estado costarriquenho e do

¹ Estes conceitos são desenvolvidos pela CEPAL na metade do século XX e são citados aqui pela forma como são reconhecidos pelo senso comum e por referenciais como o Banco Mundial e a ONU. Contudo, a TMD é criada justamente para superar o pensamento desenvolvimentista, que pensa que nos países latino-americanos o capitalismo não está plenamente desenvolvido, ao contrário do que ocorreria nos países do centro hegemônico capitalista, conhecido como primeiro mundo. O pensamento desenvolvimentista se encontra na obra produzida pela CEPAL, sendo um de seus principais expoentes Celso Furtado. Entre outros diversos trabalhos sobre o pensamento cepalino, ver: FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

Estado na América Latina de modo geral de maneira crítica e criando a possibilidade de analisar nas fontes as contradições do modo de produção capitalista.

A Abordagem da Teoria Marxista da Dependência

Vania Bambirra, em seu trabalho *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*², estabelece os principais elementos da TMD para uma análise da forma como o modo de produção articula as possibilidades de atuação dos países latino-americanos: a dependência. A autora afirma que o capitalismo dependente é uma situação condicionante que afeta a maneira como cada formação econômico-social desenvolverá (ou não) sua indústria, se relacionará com o imperialismo³ e se desenvolverá politicamente⁴. Em seu trabalho, a autora propõe uma divisão tipológica de acordo com as questões histórico-estruturais dos países dependentes latino-americanos e a forma como se deu sua integração ao capital hegemônico em sua nova fase monopólica, isto é, a partir da II Guerra Mundial⁵, sendo dividida então a América Latina entre países Tipo A, Tipo B e Tipo C.

Neste trabalho estão em questão os países Tipo B, sendo estes: Peru, Venezuela, Equador, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, Cuba⁶ e, claro, a Costa Rica. Os países tipo B são aqueles que, até a II Guerra, têm somente estruturas primário-exportadoras, sendo a indústria artesanal quase inteiramente seu setor secundário⁷. São países que, portanto, não possuem uma burguesia nacional, pelo fato de que a burguesia local é inteiramente ligada aos interesses do capital estrangeiro, sem fortes interesses nacionais autônomos⁸. Somente a partir da nova fase de integração monopólica mundial, ocorrida na segunda metade do século XX, inicia-se um processo de industrialização nesses países em nome da soberania nacional, consolidado majoritariamente com o capital do centro hegemônico capitalista (em especial, estadunidense) o que traz um forte período de conflitos a partir das mudanças socioeconômicas presentes.

Desse modo, a partir da II Guerra, uma série de novas reformas liberais é posta em prática nos países tipo B, fortalecendo ainda mais a dependência do capital estrangeiro para realização de ferrovias, entre outros projetos que favorecem o setor exportador e as classes a

² BAMBIRRA, V. *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*. Florianópolis: Insular, 2012

³ Neste trabalho, utilizamos o conceito de imperialismo elaborado por Vladimir Lênin em LENIN, V. I. *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁴ BAMBIRRA, op., cit., p.33

⁵ IBIDEM, p.55

⁶ Cuba se mantém nessa situação político-econômica até a Revolução Cubana, em 1959

⁷ BAMBIRRA, op., cit., loc., cit.

⁸ IBIDEM, p.112

ele relacionadas⁹. Cabe lembrar, a classe dominante ligada ao latifúndio ao longo da história desses países é a mesma que possui relação com o centro hegemônico capitalista e que tem profundo interesse político e econômico nessas reformas, fortalecendo-se devido a esse processo a partir de sua vinculação enquanto classe ao capital estrangeiro.

Assim, as relações de controle sobre os enclaves desses países e a exportação de matérias-primas se desenvolvem sob o domínio de empresários estrangeiros de multinacionais¹⁰, impossibilitando uma dinamização da economia pelo fato de que os lucros gerados pelo enclave são diretamente transferidos para o centro hegemônico¹¹. Assim, as classes dominantes nacionais e o próprio Estado Nacional dos países Tipo B acabam por possuir um controle irrisório da economia nacional.

Logo, novamente comentamos, até pelo menos os anos 70, nunca houve nos países tipo B uma classe que pertencesse ao conceito de burguesia nacional industrial¹², isto é, uma classe com capacidade político-econômica de propor um projeto de poder próprio e colocá-lo em prática¹³. O que ocorre nesses países são classes dominantes em condição de dominante-dominadas em uma forma muito intensa¹⁴, em que o poder imperialista aparece quase implacável. Sendo assim, as contradições do capitalismo nesses países se colocam de forma bastante aguda a partir da superexploração da classe campesina e operária unida com o aparato altamente repressivo do Estado, pelo fato que este sempre poderá contar com o auxílio militar dos EUA em caso de revolta popular, mantendo então a manutenção do sistema capitalista nesta região¹⁵. Nesse sentido, o trabalho de Vania Bambirra é base para que se pense a forma como se estruturaram as relações econômico-políticas costarriquenhas com o imperialismo, especialmente no século XX.

Para a compreensão da abordagem da TMD acerca do tema, é também indispensável que se entenda o conceito de superexploração elaborado por Ruy Mauro Marini¹⁶. Mais do que apenas significar uma forte exploração da classe trabalhadora, ele é uma ferramenta para se entender a estruturação das relações de trabalho da América Latina, em que é extraída da produção não só a mais-valia absoluta, mas também a mais-valia relativa, diferente do centro hegemônico capitalista em que prepondera a extração desta última.

⁹ IBIDEM, p. 105

¹⁰ IBIDEM, p. 109

¹¹ IBIDEM, p.110

¹² IBIDEM, p.112

¹³ IBIDEM, p.99

¹⁴ IBIDEM, p.109

¹⁵ IBIDEM, p. 114

¹⁶ MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973). Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia – MG In: Stédile, J. ; Traspadini, R (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011

Entende-se por extração da mais-valia relativa a situação em que o investimento burguês em capital variável diminui a partir do aumento da intensidade do trabalho, aliada ao barateamento dos custos sociais da reprodução da força de trabalho. Já por mais-valia absoluta entende-se a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor social real produzido.

Na prática, isto cria nos países de capitalismo dependente uma desigualdade social profunda entre classes trabalhadoras e classes dominantes, à medida que a primeira acessa apenas bens de consumo necessários para sua sobrevivência e reprodução, afastada dos bens de consumo supérfluos^{17 18}.

As contradições geradas pelo capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho não são resolvidas nem continuadas apenas pela produção em si. É necessário um Estado que garanta essa estruturação, de modo que, a seguir, nos deteremos na discussão dessa instituição para a Teoria Marxista da Dependência.

O Estado para a Teoria Marxista da Dependência

Dada a centralidade do Estado para a conclusão desta pesquisa, escolhi dedicar um espaço específico da Introdução para discutir a abordagem da TMD acerca dele enquanto categoria teórica e entidade prática. Para tal, será utilizado centralmente o trabalho de Jaime Osorio sobre o tema¹⁹.

Nesse sentido, nos afastamos de concepções de concepções liberais, como a ideia de que o Estado é um contrato social entre uma sociedade de indivíduos iguais perante a lei²⁰, e damos ênfase a uma análise que prima pelo entendimento da luta de classes como um elemento essencial da sociedade capitalista. Como também, economia e política são esferas indissociáveis a partir do fato de que são produto síntese das relações humanas, de modo que aqui evitaremos olhar para o Estado de maneira *fetichizada*²¹.

¹⁷ MARINI, op., cit., p.178

¹⁸ Neste trabalho os conceitos de mais-valia relativa, mais-valia absoluta, bens de consumo necessário e bens de consumo supérfluo são descritos a fim de compreender a desigualdade social gerada no capitalismo dependente e a relação desta com o Estado latino-americano, contudo, estas são mediações com múltiplas causalidades e consequências. Reflexões mais completas acerca do tema são encontradas em MARX, K. O Capital: livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 e o já citado Dialética da Dependência, de Ruy Mauro Marini.

¹⁹ OSORIO, J. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

²⁰ Visão criticada em GONZÁLES CASANOVA, P. La Teoría del Estado y Crisis Mundial In: GONZÁLES CASANOVA, P. (coord.) El Estado en América Latina: teoría y práctica. México: Siglo Veintiuno, 1990.

²¹ Usamos aqui o conceito de fetichização da mercadoria visto em MARX, K. A mercadoria. In: _____. O Capital: livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013

Em um primeiro momento, Osorio explica o Estado de forma bastante esclarecedora:

O Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação das relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada. (OSORIO, op., cit., p.17)

Assim, observamos a complexidade dessa instituição bem como algumas de suas principais estruturas, que possibilitam que a classe que controla aparato estatal seja também a classe dominante de qualquer sociedade, e este controle não pode ser obtido se esse grupo de pessoas não tiver um poder maior sobre os outros grupos no que toca toda a esfera social.

Segundo Osorio, o Estado enquanto conceito é uma menção a diversos elementos, dentro deles alguns perceptíveis no campo aparente. Dentre os principais, estão: “o conjunto de instituições; o corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas e regulamentos”²².

A ligação entre esses elementos e o domínio da classe dominante não é sempre direta, dada a própria forma como a exploração capitalista produz se reproduz²³. Ela é composta de múltiplas mediações, que não cabem nesta pesquisa. O que nos interessa no momento é a heterogeneidade da composição das pessoas envolvidas diretamente no aparelho estatal, uma noção de suma importância para compreender a forma como fricções entre representantes de cargos públicos e a classe dominante nem sempre representam uma contradição, nem que reformas dentro do Estado minimamente seu caráter de controle.

Osorio então nos apresenta a categoria *classe reinante*²⁴, que denomina “o corpo de funcionários que ocupa as posições mais altas dentro do aparato do Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares, etc.”²⁵. Os pertencentes a classe reinante no aparelho estatal não pertencem necessariamente a grande burguesia, da mesma forma que a maior parte do corpo burocrático pertence à classe da

²² OSORIO, op., cit., p.19

²³ OSORIO, op. cit., p. 82

²⁴ OSORIO, op., cit., p.40

²⁵ IDEM

pequena burguesia não proprietária²⁶, constituindo-se assim um Estado socialmente bastante heterogêneo e que pode causar a ilusão de ser democrático internamente.

Contudo, sabendo que a economia e a política não são esferas separadas, a origem social de quem comanda o Estado acaba por ser indiferente diante do fato de que a instituição, na sociedade capitalista, deve atender os interesses dos grandes detentores dos meios de produção, formando-se assim uma *frente de poder* entre classe reinante e classe dominante²⁷.

Todos estes são conceitos necessários para compreender a particularidade do Estado no Capitalismo Dependente. Estado esse, como assinalado por Vania Bambirra, que se desenvolve a partir das condições imperialistas. Lênin aponta em seu livro *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo*²⁸ a forma como a dominação do campo periférico global pelos países do centro hegemônico capitalista é intrínseca ao desenvolvimento do capital, de modo que, assim como o capitalismo é plenamente desenvolvido na América Latina, também são os Estados Nação da região. Sua estrutura, todavia, é condicionada pela dependência.

Assim, quando se fala em América Latina, não se deve cair no erro de conceber seus Estados enquanto subdesenvolvidos, mas sim, compreender sua soberania nacional de maneira relacional ao poder internacional, de modo a ser restringida aos espaços que pertencem à periferia do mundo capitalista.

Na prática, se observa que na América Latina, em especial nos países tipo B – em que a burguesia atua em uma dependência bastante aguda ao poder estrangeiro – o Estado funciona como um mediador frágil sobre os interesses estadunidenses, como se pode ver no protagonismo que a United Fruit Company desempenhou na América Central²⁹. No nosso caso, pode-se também observar como os Estados Unidos agenciou uma série de direções governamentais em toda a América Latina a partir de seus interesses, questão que será desenvolvida ao longo desse trabalho, com ênfase na Costa Rica.

Por fim, é preciso distinguir *soberania nacional* de *poder político*, dois conceitos que atuam em conjunto, porém, não são correspondentes. Como já apontado, agora exposto de forma resumida: o Estado Nação existe em pleno desenvolvimento na América Latina, com sua soberania nacional restringida. Contudo, isso não quer dizer que o poder político exercido pelas classes dominantes não seja extremamente forte. Isto porque, devido à superexploração e a própria barbárie cotidiana imposta à população latinoamericana, é necessário para a

²⁶ Ver: OSORIO, J. As Classes Sociais no Capitalismo. In: _____ O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

²⁷ OSORIO, op., cit., p.45

²⁸ LENIN, op., cit.

²⁹ Exemplo trazido por Jaime Osorio em OSORIO, op., cit., p.188

manutenção do poder da classe dominante que o Estado atue para desestabilizar, ou mesmo suprimir de forma violenta, a luta das classes trabalhadoras contra sua sub-condição de vida.

Em exemplos na América Latina, podemos observar, nos países tipo B, diversas ditaduras como a da família Somoza na Nicarágua, de Fulgencio Batista em Cuba, entre outras. Todas essas atitudes autoritárias são responsáveis por exercer o terror de estado e ocorreram de modo a garantir os interesses estadunidenses associados às classes dominantes locais, e não por uma “natureza autoritária”³⁰ dos estados latino-americanos.

Por fim, abaixo, reproduzimos a tabela elaborada por Jaime Osorio³¹ em seu capítulo As Classes Sociais no Capitalismo³², com o fim de expormos nosso referencial relativo a relação entre as classes mencionadas nesta pesquisa. Ao longo do texto elas serão retomadas e seu contexto dentro da história costarriquenha será melhor desenvolvido. Contudo, cabe desde já demarcar que essa relação social surge, claro, com o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica e que a propriedade e a não propriedade dos meios de produção entre camponeses e proletários, bem como a subsequente proletarização do campesinato, é relevante dentro da formação histórica da classe dominada no país analisado, em que a economia agrária é central.

Tabela 1: As Classes Sociais no Capitalismo

Classes Sociais	Propriedade ou não propriedade dos meios de produção	Forma de apropriação da riqueza	Controle ou não controle da produção	Lugar na organização societária
Proletariado	Não proprietário	Salário	Não controle	Dominado
Pequena Burguesia	Não proprietária/ proprietária	Salário/ Mercantil Simples	Não controle/ Controle	Dominado/ Dominante
Campesinato	proprietário	Mercantil Simples	Controle	Dominado
Burguesia	proprietária	Mais-Valia	Controle	Dominante
Proprietário de Terra	proprietário	Renda	Controle	Dominante

³⁰ IANNI, O. El Estado y la Cuestión Nacional. In: GONZÁLES CASANOVA, P. (coord.) El Estado en América Latina: teoría y práctica. México: Siglo Veintiuno, 1990.

³¹ OSORIO, op. cit., p.120

³² OSORIO, J. As Classes Sociais no Capitalismo. In: _____ O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

A Costa Rica apresenta características levemente diferentes em sua dependência, e por isso se tornou objeto de estudo deste trabalho, como já comentado no início desta introdução. Dito isto, após desenvolvidos os principais conceitos a serem utilizados nesta pesquisa, prosseguimos ao capítulo um, a fim de compreender melhor a história da Costa Rica e sua relação com o capitalismo dependente latino-americano.

1. A construção e derrota do Estado oligárquico-liberal costarriquenho

“A única diferença atual entre liberais e conservadores é que os liberais vão à missa das cinco e os conservadores à das oito”, diz Aureliano Buendía, personagem de Gabriel García Márquez no romance *Cem Anos de Solidão*³³. No gênero do Realismo Fantástico, Aureliano trata de uma questão pouco fantasiosa à realidade latino-americana da segunda metade do século XIX em diante: as disputas pelo poder entre as classes dominantes suportadas por uma dualidade ideológica sem concretude na diversidade de atuação de ambas as partes na política.

Em nosso caso, a Costa Rica, vemos o país que mais rápido resolveu esta contradição dentre todos os países da América Central, ainda de maneira pacífica e com relativo acordo da sua população. Neste capítulo, vamos tratar dessa questão, remontando às causas (determinações) que remontam às décadas iniciais deste Estado Nação e seu desenvolvimento político bastante estável – essencial para compreender os acontecimentos da década de 40, que culminarão na Guerra Civil de 1948.

O texto encontra-se dividido em três momentos. Iniciamos expondo o processo histórico que levou à configuração da Costa Rica enquanto Estado nacional, considerando a emancipação do colonialismo europeu e a constituição da formação econômico-social³⁴ costarriquenha como parte do capitalismo dependente latino-americano. Em um segundo momento, passamos à análise da particularidade da integração da Costa Rica ao mercado mundial, nas relações envolvendo a mercadoria café e a geração e apropriação da renda da terra oriunda deste produto nas relações capitalistas mundiais. Finalmente, nos voltamos a partir desses fundamentos, à discussão das condições peculiares que permitiram, no âmbito das relações com o imperialismo e da luta de classes interna, um desfecho *sui generis* que foi a extinção do exército permanente em um Estado de capitalismo dependente (tema este que será aprofundado no capítulo dois).

³³ GARCIA MÁRQUEZ, G. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

³⁴ O conceito de formação econômico-social tem origem em Marx (*Ökonomische Gesellschaftsformation*) e foi aprofundado por Lenin, em obras como *Quem são os amigos do povo?* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Por formação econômico-social entende-se uma formação histórico-concreta (o que no senso comum se chama países ou sociedades nacionais) abrangendo a condensação de relações entre: Estado, forças produtivas e relações de produção, classes e frações de classe, em um contexto determinado. Assim, a formação econômico-social possui correspondência com o que na esfera da política mundial se chama Estado-nação, embora abarque um conjunto mais vasto e complexo de determinações, fazendo a apreensão da unidade contraditória entre o econômico e o político.

1.1. A formação econômico-social costarriquenha: a unidade contraditória entre o econômico e o político

Desde os momentos iniciais da invasão espanhola, o atual espaço da Costa Rica não foi um território central para a dominação europeia. Seu relevo repleto de montanhas e a presença de uma resistência indígena por muito tempo vitoriosa contra os ataques dos espanhóis tornaram a região pouco fértil para o interesse colonial, instalando-se ali, apenas a partir do século XVII, alguns poucos colonos donos de *haciendas ganaderas* e outros mais que praticavam agricultura de subsistência.

No primeiro dia do mês de julho de 1823, o vice-reino da Guatemala se liberta do jugo colonial e se torna independente e, em 22 de novembro de 1824, converte-se em uma nação unida dividida em cinco federações, composta por: El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, formando a Federação Centro-Americana. A organização não foi vitoriosa. A heterogeneidade geográfica de cada estado e seus diversos interesses econômicos e políticos causaram problemáticas disputas internas, cujo exame mais profundo escapa aos objetivos deste trabalho.³⁵ Entretanto, cabe dizer que a Costa Rica atravessou esse processo de forma bastante estável, sem um envolvimento profundo na guerra civil que culminaria no fim da Federação³⁶.

Héctor Perez Brignoli, em seu trabalho *Breve Historia de Centroamerica*³⁷, ressalta a forma como, desde 1823, a Costa Rica já atuava enquanto Estado, comerciando com as cidades nicaraguenses Granada e León e se posicionando nas guerras ocorridas. É claro, havia interesse estrangeiro no fim da Federação Centro-Americana, pelo enfraquecimento político da região (mediante sua fragmentação) e a facilitação da vinculação de capital estrangeiro aos latifúndios, especialmente por parte dos Estados Unidos e Inglaterra. De 1830 em diante as plantações de café ganham protagonismo na economia local, por possuírem uma rentabilidade muito maior para os donos do agronegócio costarriquenho.

Tabela 2: Área estimada em hectares de uso agropecuário de 1890 a 1925

³⁵ Ao leitor e leitora interessados, recomendamos consultar ARRIAGA RODRÍGUEZ, Juan Carlos. El largo proceso histórico de partición territorial. Las fronteras en América Latina y el Caribe, siglos XVI al XXI. Cidade do México: Bonilla Artigas Editores/Universidad de Quintana Roo, 2012 (ver, especialmente, cap. 2.).

³⁶ PÉREZ BRIGNOLI, H. Breve Historia de Centro America. Madrid: Alianza, 2000, p. 98

³⁷ *Op. cit.*

Período	Café	Banano	Caña de azúcar	Cacao	Granos	Demás Productos	Pastos	Área Total
1890/92	18.400	4.050	5.300	100	22.580	18.685	270.900	340.030
1905	30.200	16.500	10.400	1.000	36.200	22.240	264.000	380.540
1910	31.800	25.400	13.100	4.700	42.200	14.250	256.100	387.550
1914	28.671	24.167	11.928	2.604 (*)	44.466	14.397	197.446	323.680
1922/25	37.400	37.200	17.100	21.300	37.750	13.020	222.800	386.570

Fonte: quadro 702 da Base de Dados do PHECR e elaboração de LÉON, J. Historia Econômica da Costa Rica no Século XX: a economia rural. San José: Universidad de Costa Rica, 2012. (*) Para 1914 os dados de cacau não incluem as plantações da United Fruit Company

Tabela 3: Exportação de produtos agrícolas, de 1890 a 1920 - Em milhões de dólares

Año	Café	Banano	Cacao	Azúcar	Madera	Caucho	Total
1885	1.900	230	3	-	80	20	2.240
1890	6.100	410	10	-	50	2	6.570
1895	4.300	630	5	-	120	5	5.050
1900	3.800	1.350	5	-	380	100	5.540
1905	3.800	3.640	60	-	70	90	7.580
1910	2.750	4.230	40	-	80	100	7.100
1915	3.740	4.430	170	140	50	50	8.530
1918	3.705	3.320	240	110	460	10	7.830
1920	6.935	4.020	470	850	360	10	12.640

Fonte: Quadro 303 da Base de Dados do PHECR. O total é só para produtos selecionados.

Esta relativa estabilidade experienciada na Costa Rica pode ser entendida pelo grau de coesão interna como estavam envolvidas as distintas frações das classes dominantes em torno da economia agroexportadora (isto até a crise de 1929), tanto na parte do plantio quanto na parte do comércio, até a consolidação da divisão internacional do trabalho e da fase monopolista do capitalismo³⁸, a partir de 1880. Jose Luis Vega Carballo afirma que essas

³⁸ Usamos aqui as datas pensadas por Lenin e utilizadas por Ruy Mauro Marini em seu trabalho Dialética da Dependência. MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973). Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia – MG In: Stédile, J. ; Traspardini, R (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011

estruturas bastante estáveis, em contraste com países rachados por longas guerras civis no imediato pós-independências, foram favorecidas pelo desenvolvimento de uma pequena classe dominante, os chamados Barões do Café, uniformemente envolvida por laços familiares e interessados no setor cafeeiro³⁹.

A falta de uma herança colonial escravista e permeada por relações de servidão, que justificasse certos comportamentos violentos, cerceou a classe dominante de encurralar a dominada⁴⁰. Além disso, o baixo índice demográfico permitiu o acesso a terra por boa parte da população, de modo que, em relação ao campo, só encontraremos um campesinato proletarizado consolidado a partir de 1930⁴¹. Somado a estes fatores, os donos do setor agroexportador foram capazes de estabelecer boas relações com o setor bancário e com a burguesia ligada ao aparato estatal, criando, assim, um somatório de fatores responsáveis pela estabilidade costarriquenha.

Estas determinações valorizam outra, de ordem econômica, essencial para o entendimento de como foi possível a manutenção de uma classe dominante sem que o campesinato perdesse posse de seus meios de produção. A importância do setor financeiro no fim do século XIX é suma, pois é a partir de juros e impostos pagos em maior parte pelos setores dominados que se consolida o poder da classe dominante⁴². Também, o fato de que toda a sociedade estava relacionada ao setor cafeeiro, em maior ou menor grau, permitiu que a *transferência de valor*⁴³ operasse dentro da sociedade a partir das terras da burguesia agrária. Assim, foram possibilitados diversos investimentos, como a construção de escolas a partir de 1880 e o fácil acesso da população às mesmas⁴⁴

Sendo assim, esta situação se tornou frutífera para o estabelecimento dos capitais ingleses e, após o século XX, estadunidenses na região, sendo um dos principais exemplos dessa estabilidade a fixação da United Fruit Co. em território costarriquenho – antes de qualquer outro território centro-americano. A facilidade dessas relações introduz o liberalismo, em todos os seus aspectos, de maneira muito homogênea no país, fazendo o conceito *liberal-agrário*⁴⁵ muito adequado para o entendimento da formação estatal da Costa Rica. Cabe ressaltar aqui que a United Fruit Company foi uma das maiores multinacionais presentes na América Latina ao longo do século XX, sendo responsável por controlar quase a

³⁹ VEGA CARBALLO, J. L. Democracia y Dominación em Costa Rica. In: VÁRIOS. Centroamérica en crisis. México D.F., Colegio de México, 1980

⁴⁰ IBID., p.131

⁴¹ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p.124

⁴² VEGA CARBALLO, op. cit., p. 132

⁴³ Este conceito será melhor estudado no capítulo dois.

⁴⁴ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p.114

⁴⁵ Conceito criado por Luis Vega Carballo e utilizado em VEGA CARBALLO, op. cit., p.139

totalidade da produção bananeira na região. Na Costa Rica, a empresa foi, por consequência, uma das principais responsáveis pelo já mencionado processo de proletarização do campesinato, contando com a superexploração da força de trabalho.

A Costa Rica (assim como o restante da realidade latino-americana na época) não atravessava nenhum processo de industrialização e, sim, tinha uma economia baseada nas terras férteis, clima favorável a determinados produtos de exportação e uma classe dominante ligada ao latifúndio disposta a comerciar com os países do centro capitalista para manutenção de sua dominação. De modo que, a partir de 1870, pode-se perceber a presença de capital inglês e estadunidense para a construção de ferrovias que ligassem as plantações de café aos portos para exportação⁴⁶.

Não é de se estranhar, portanto, a presença forte da embaixada dos EUA em território costarricense, interessada em fazer prevalecer os interesses imperialistas na região a partir da mediação de relações regionais e internacionais, em especial a relação da Costa Rica com a Nicarágua. Sobre esse momento, acessamos em nossa pesquisa a documentação do representante diplomático dos EUA para a região, William Carey Jones⁴⁷, embaixador dos EUA na Costa Rica. Por meio de cartas, o agente comenta a necessidade de intervenção estadunidense na região. Em sua carta do dia 7 de junho de 1857 ao Secretário de Estado, General Lewis Cass, temos um bom exemplo:

No hay duda en mi mente que las autoridades y pueblo de Costa Rica están, en este momento, extremadamente dispuestos a cultivar la buena voluntad de los Estados Unidos. Ellos están por ahora en posesión de toda la ruta del tránsito y han declarado sus intenciones de mantener sus pretensiones a la misma. Con esto en mente están reforzando los puestos militares a ambos lados del río. Hasta dónde esto interferirá con los verdaderos intereses de los Estados Unidos, puede quizás ser determinado mejor por el Gobierno después que la información que yo pueda recoger haya sido enviada. Los costarricenses son gente muy superior a los Nicaragüenses, y mantienen el gobierno más estable y las más prósperas condiciones que cualquiera en Centro América. ¿No es posible que los Estados Unidos puedan no tener razones para objetar al dominio del tránsito por el Estado superior, especialmente si éste mostrara disposiciones de fomentar la Americanización del país? (JONES, op. cit., p.9)

⁴⁶ VEGA CARBALLO, op. cit., p.138

⁴⁷ JONES, William Carey. Documentos Diplomáticos de William Carey Jones: enviado especial de los Estados Unidos ante la Nicaragua y Costa Rica 1857-1858. Disponível em: <https://bit.ly/2HMEr0v> Acesso em: 20/06/2018

As cartas de Jones, ao longo de sua estadia na América Central, perpassa três eixos centrais. Em primeiro lugar, elas descrevem a estabilidade política do Estado costarricense. Em segundo lugar, abordam o desenvolvimento das relações Estados Unidos-Costa Rica. E, finalmente, tratam das relações desta última com a Nicarágua, relações que foram nem sempre amistosas.

Sobre a Nicarágua, Héctor Perez Brignoli afirma: “los Estados Unidos ejercieron um verdadeiro protectorado sobre el país”⁴⁸ de modo que, sobre questões de soberania nacional, é primordial compreender as relações entre Costa Rica e o Estado nicaraguense, afinal, enquanto a primeira gozou de certa soberania, oscilando entre alianças com o capital inglês e o estadunidense e tendo certo controle sobre suas estradas de ferro, a Nicarágua não enfrentou a mesma situação. A ditadura da família Somoza enquanto representante direta dos interesses estadunidenses na Nicarágua representou o símbolo e auge da presença do imperialismo na região.

Ainda no início da segunda metade do século XIX, o expansionismo, invasão e conquista do Oeste do atual território dos Estados Unidos; a febre do ouro na Califórnia⁴⁹, bem como os primeiros passos do processo de exportação de matérias primas da América Central não dominado pela antiga metrópole espanhola implicaram o início também do intento de interesses nacionais centro-americanos por controlar a passagem de barcos em direção ao oeste estadunidense⁵⁰.

Este processo é referido por William Carey Jones em sua carta já citada, quando se fala em rio e entrepostos militares. O rio em questão é o San Juan, situado na Nicarágua e território de interesse da Costa Rica, que tentou por vezes tomar posse da região, conflitos sempre mediados pelos EUA a fim da manutenção de seus interesses no istmo centramericano. Como Jones cita na carta de 3 de agosto de 1957 endereçada ao General Lewis Cass, a Costa Rica reclama, com ameaças militares, sua posse sobre o rio⁵¹. Este tema é bastante presente na correspondência de Jones, como nas cartas de julho de 1857⁵². Nos dois conflitos, Jones pede ao agente Cass as disposições necessárias para que seja possível mediar a situação sempre em favor dos Estados Unidos, ressaltando a importância do comércio de tabaco e café. Jones escreve:

⁴⁸ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p.138

⁴⁹ IBIDEM, p.103

⁵⁰ IBIDEM, p.113

⁵¹ JONES, op. cit., p.15

⁵² IBIDEM., p.52

En cuanto a los méritos de la "cuestión fronteriza", mucho puede decirse en justicia para ambos lados, esto es, por Nicaragua (si ella estuviese tan dispuesta como antes) y por Costa Rica. Creo que está en manos de los Estados Unidos el arreglarla, y como los alegatos están tan equiparados en cuanto a los respectivos derechos de ambas partes, creo que nuestro Gobierno debería ver todo el asunto, principalmente como cuestión de política de su parte. Hacia cual Estado se inclinará, no me empañaré en expresar una opinión hasta que haya visitado y tomado el pulso a Nicaragua. En cuanto a este Estado, bien puede decirse de una vez, su Gobierno y gente principal nos odia con la intensidad que los celos, la envidia y el temor necesariamente crean. Pero el Gobierno de los Estados Unidos puede darse el lujo de hacer caso omiso de ello y actuar por motivos más elevados. Indudablemente, el Estado de Costa Rica presenta, en contraste a Nicaragua y a los otros Estados, estabilidad y orden en el gobierno, e industria y frugalidad en su pueblo (IBIDEM, p.16)

Mais adiante, na carta de Lewis Cass a Jones, de 30 de julho de 1857, é reafirmada a importância conferida à interferência dos EUA na questão da posse sobre o San Juan, afirmando que a Nicarágua está disposta a fazer todo o tipo de concessão aos EUA, certeza esta que não é encontrada na Costa Rica.

As cartas de Carey Jones são bastante valiosas para que se observe um contraste entre Costa Rica e Nicarágua sobre sua política e sua economia. A partir do que entendemos sobre soberania nacional, a Costa Rica parece gozar de uma autonomia que a Nicarágua não possui, um padrão que se mantém quando o país é comparado aos outros da América Central, assim como sua estabilidade.

A Costa Rica vira o século, então, em clima de estabilidade. De tal forma que, retomamos, em 1899 a United Fruit Co. estabelece ali uma de suas duas primeiras filiais na América Latina – a outra permaneceria na Colômbia. Fora as próprias formas que o liberalismo restringe a soberania nacional dos países dependentes a partir do imperialismo, medidas violentas contando com a intervenção direta dos EUA, como ocorre em outros países da América Central durante o período.

Em 1914, a partir da Primeira Guerra Mundial, as lideranças do governo da Costa Rica na época não promovem uma industrialização do país a partir da substituição de importações. O governo costarriquenho seguiu importando produtos, apesar da situação internacional, e utilizando a produção agrária para subsistência da população⁵³.

⁵³ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p.129

De 1917 até 1919, Federico Tinoco governou, segundo Perez Brignoli, de forma autoritária a Costa Rica⁵⁴. Após sua deposição, o autor afirma que o Exército Nacional entrou em decadência⁵⁵. José Luiz Vega Carballo demonstra a mesma posição. Ele propõe que o paternalismo característico das relações da burguesia com a classe trabalhadora foram chave para a decadência do exército⁵⁶. Resta a reflexão sobre que tipo de forças se sobrepõem a do exército nacional. Vega Carballo traz a importância dos Estados Unidos na defesa “dos ideais liberais” ao interferir no governo de Federico Tinoco e colaborar com sua saída do cargo⁵⁷. Há também a boa relação do aparato Estatal com a classe burguesa e desta última com a classe dominada, de modo que, pode-se pensar, o exército deixou de ser essencial para mediar esses três grupos.

A estabilidade obtida ao longo das primeiras décadas só século XX encontra sua primeira grave ruptura em 1929, a partir da crise sistêmica do capitalismo, cujo marco foi o Crack da Bolsa de Nova Iorque. A crise representou, entre outros resultados, uma crise de exportação, que afetou gravemente os países cuja economia estava baseada nesse setor; o café, exemplo caro para este trabalho, teve uma queda de 50% no mercado internacional⁵⁸, o que produziu na Costa Rica uma enorme restrição de crédito, baixa no índice de importações e uma crise fiscal sem precedentes⁵⁹. Como diz Vega Carballo:

“se presentaron numerosas quiebras comerciales y una profunda crisis agraria que abarcó a los cultivos tradicionales de exportación y de subsistencia. Se agudizó entonces la desocupación y el éxodo rural; la concentración de la propiedad se acentuó más. Una baja sensible de la producción interna de bienes se hizo sentir también a lo largo del período. El régimen político imperante se regía por los principios y las fuerzas de un esquema básicamente liberal – a pesar de varias y inconexas decisiones favorables al intervencionismo estatal, que se venía dando desde tiempos de la primera Guerra Mundial. Por tanto, la dirigencia política, asentada en los intereses de los grandes cafetaleros, usureros, comerciantes y representantes del capital extranjero no contaba con los suficientes mecanismos institucionales para una grande acción estatal concertada que lograra compensar los efectos sociales de la crisis económica” (VC, p.1)

⁵⁴ IBID, p.138

⁵⁵ IDEM

⁵⁶ VEGA CARBALLO, op. cit., p.146

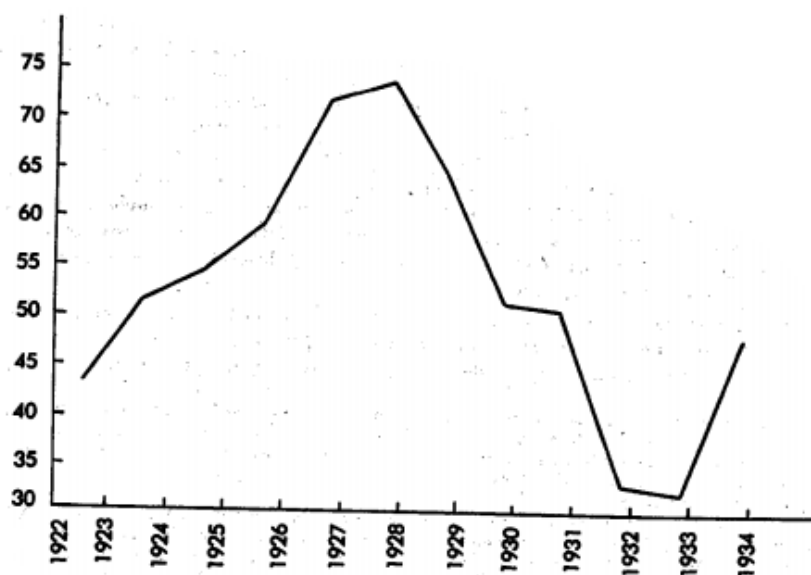
⁵⁷ IDEM

⁵⁸ Vega Carballo, p.1

⁵⁹ IDEM

Nesse momento, crescem as críticas ao modelo liberal de sociedade. Em 1931, o Partido Comunista da Costa Rica é fundado, e atua, nesse momento, dentro da United Fruit Co. por melhores condições de trabalho. Em 1933, para balizar a agudização das contradições capitalistas geradas pela crise, o governo cria o Instituto Costarricense de Defensa del Café para proteger o setor cafeeiro das baixas dos lucros a partir da intervenção estatal. 1929 representou para Costa Rica não uma crise oligárquica, mas sim uma crise do liberalismo, ainda que, a partir do acirramento da luta de classes, o papel da burguesia e dos grandes proprietários de terra tenha sido questionado pelas classes não-dominantes. Este será, assim, um longo processo, cujos efeitos só chegarão ao seu auge em 1948, com o estopim da Guerra Civil⁶⁰.

Gráfico 1: Preços Médios do Café da Costa Rica por Kilo, 1922-1934



Fonte: Instituto de Defesa do Café

É importante notar, no entanto, que, a partir de sua reestabilização após a crise, o centro hegemônico capitalista retorna para colaborar com a manutenção do liberalismo pela agência imperialismo na periferia. Nesse sentido, o déficit de importações costarriquenho deixa de decair a partir de sistemas de crédito criados pelos EUA e pela Inglaterra em 1936⁶¹.

⁶⁰ VEGA CARBALLO. *América Latina: historia de medio siglo*. Vol. 2. Buenos Aires: Siglo XXI, 1981, p.4

⁶¹ ROJAS BOLAÑOS, Manuel. *Lucha Social y Guerra Civil en Costa Rica: 1940-1948*. São José: Editorial Porvenir, 1986, p.25

Tabela 4: exportações e importações, em dólares, 1928-1939

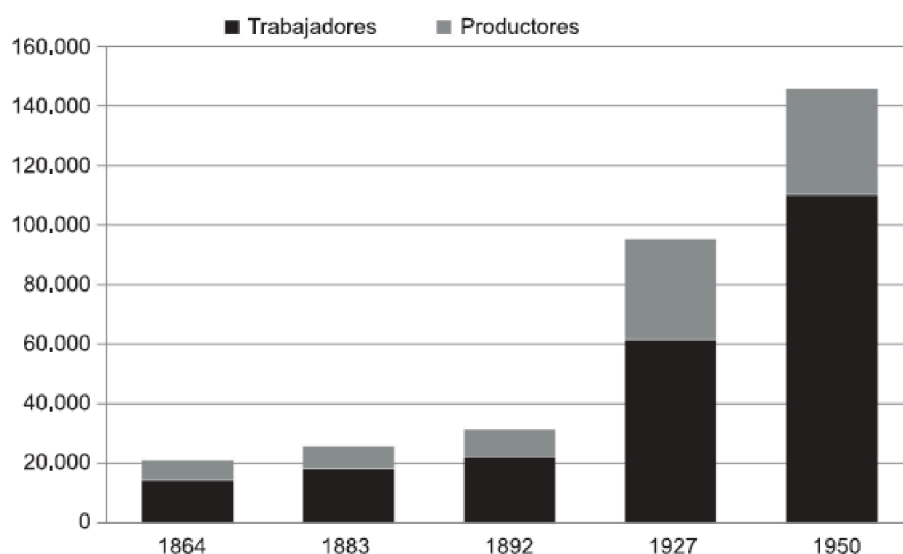
años	exportación	importación	balanza comercial
1928	19.635.841	17.892.709	+ 1.743.132
1929	18.197.910	20.163.936	- 1.966.026
1930	16.330.604	10.846.590	+ 5.484.014
1931	14.279.222	8.680.781	+ 5.598.441
1932	8.530.868	5.453.479	+ 3.077.389
1933	10.675.115	6.346.149	+ 4.328.966
1934	8.696.151	8.720.382	- 24.231
1935	8.250.131	7.974.693	+ 275.438
1936	8.825.394	9.388.322	- 562.928
1937	11.512.097	11.878.547	- 366.450
1938	10.145.614	12.620.721	- 2.475.107
1939	9.086.498	16.884.962	- 7.798.464

Fonte: Anuário Estatístico da Costa Rica, 1948. San José: Dirección Geral de Estatísticas, 1948, p.140.

Esse auxílio, é claro, não se origina pelo interesse imperialista em apenas retomar as relações comerciais internacionais pré-29. Existem interesses políticos em colaborar com as classes dominantes para que estas colaborem com a ideologia estadunidense, o que, na Costa Rica, se traduz também em anticomunismo diante de uma classe trabalhadora cada vez mais unida e indignada⁶². Um exemplo disto é a Greve Bananeira de 1934, liderada pelo Partido Comunista, que por dois meses barrou o trabalho nesse setor. Isto será uma determinação importante para os ocorridos da década seguinte, contudo, não é suficiente para compreender o momento em questão.

Gráfico 2: Estrutura produtiva do setor rural de 1864 a 1950

⁶² IBIDEM, p.33

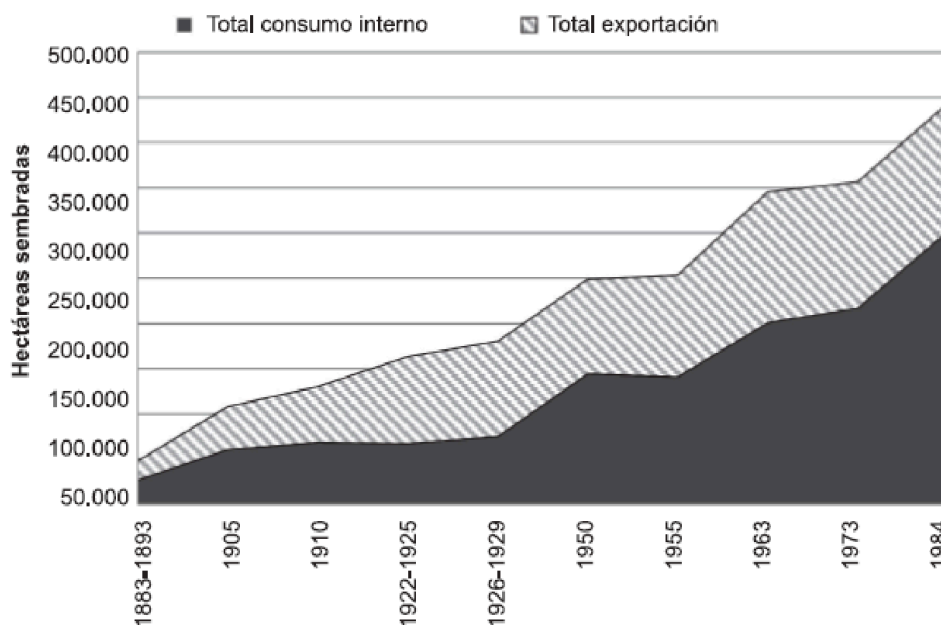


Fonte: Quadros 112, 122, 132, 142 da base de dados do PHECR

Dentre suas múltiplas causalidades, as disputas políticas de 1940, que culminam na Guerra Civil, devem ser compreendidas também como uma disputa intraclasse dentro da burguesia, que, a partir da consolidação do capitalismo na Costa Rica, pode ser fracionada entre três principais instâncias: burguesia agrária, burguesia comercial e o setor bancário⁶³. Sobre a questão, Manuel Rojas Bolanõs afirma:

“Cuando la crisis dejó de sentir sus efectos, el estado se vio obligado, por la necesidad de contar con fondos suficientes para sus operaciones inmediatas, a permitir al Banco Internacional [, o principal banco de Costa Rica na época,] emitir dinero sin respaldo, o sea, fuera del control de la “Caja de Conversión”, organismo creado en 1922 para garantizar la estabilidad cambiaria mediante emisiones respaldadas en oro o en dólares. Por supuesto que dichas emisiones provocaron la desvalorización de la moneda nacional y por tanto el valor del colón en dólar [...]. Alrededor de este problema se centró buena parte de las luchas entre las fracciones burguesas, pues las sucesivas fijaciones que se hicieron tampoco correspondían al nivel real de paridad, perjudicando seriamente al sector agroexportador [...]. Además, a principios de 1933 se establecieron ciertas restricciones a las importaciones mediante a clasificación de estas en tres categorías, de consumo indispensable, de consumo útil y de consumo superfluo.” (ROJAS BOLAÑOS, P. 30)

⁶³ IBIDEM, p.41

Gráfico 3: Área semeada em cultivos de consumo interno e exportação

Fonte: Base de Datos do PHECR, quadro 702.

Estas disputas, como citamos antes, não são uma crise oligárquica. Como diz Pérez Brignoli, “en la práctica, la vigencia de las instituciones liberales fue sobre todo eso: un inmenso monólogo de las clases dominantes consigo mismas”⁶⁴. Desse modo, ainda que questionadas as políticas liberais pelos trabalhadores, as oligarquias e seus representantes nas classes reinantes se mantiveram dentro do aparato estatal.

Nesta última parte do capítulo, nos dedicamos a compreender as estruturas históricas do liberalismo na Costa Rica, para, enfim, nos dedicarmos aos elementos que compõem o recorte temporal desta pesquisa. No próximo ponto, estudaremos as relações políticas nacionais e internacionais que culminaram na Guerra Civil e na erradicação do exército nacional a fim de realizarmos uma reflexão sobre a forma que opera a soberania nacional costarriquenha.

1.1.2. A década de 40 e a Construção da Guerra Civil de 1948

Como já apontado anteriormente, a classe dominante da Costa Rica não pode ser compreendida de forma homogênea. Esta regra, contudo, também vale para os grupos

⁶⁴ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p.129

subalternos, que, como já visto, se dividem entre pequenos e médios camponeses, camponeses sem posse das terras que trabalham e proletários em geral⁶⁵.

Entretanto, para além das questões intraclasse, é preciso, para entender os acontecimentos de 1940 a 1949, se afastar de concepções duais de sociedade, em que a luta de classes é definida por confrontos objetivos de duas classes opostas, e dar atenção à complexidade dos movimentos sociais. Dado o fato de que os atores que conduziram os acontecimentos da Guerra Civil de 48 foram os partidos e suas lideranças, pela própria característica paternalista da política costarriquenha, serão essas personagens que terão destaque nesse ponto.

Iniciemos pelo fim: “quais os grupos interessados no golpe de Estado ocorrido em 1948, que pôs José Figueres na presidência de uma Junta Militar?” Sobre este aspecto detectamos três principais visões, que serão trabalhadas em diante. A primeira é de Héctor Perez Brignoli, em seu já mencionado livro *Breve Historia de Centroamerica*⁶⁶. O autor defende a permanente estabilidade do processo democrático na Costa Rica, dentro da perspectiva liberal⁶⁷. Nesta lógica, ele afirma que a Guerra Civil não foi um processo que se manteve dentro das instituições governamentais e que serviu para manter a união de classes já existente pré-48⁶⁸.

Já Pablo Gonzáles Casanova, em seu estudo *El Estado Democrático em Costa Rica*⁶⁹, ressalta que o Governo de Rafael Calderón Guardia – que marca o início do acirramento de disputas para a liderança do Estado costarriquenho -, foi o primeiro a não ser presidido por um membro das oligarquias agroexportadoras⁷⁰. Ele critica a visão de que o golpe de Figueres foi levado a cabo pelo apoio da pequena burguesia⁷¹ e ressalta não só as medidas tomadas por Figueres que e desenvolveram a industrialização e, portanto, agradaram as classes médias urbanas, mas também como essas medidas têm vinculação ao capital estrangeiro e não entram em embate com os interesses das burguesias rurais⁷². Em suma, diferente das continuidades propostas por Perez Brignoli, Casanova percebe as rupturas causadas pela Guerra.

Por fim, temos a tese de Manuel Rojas Bolaños em *Lucha Social y Guerra Civil em Costa Rica: 1940-1948*⁷³ em que a Guerra Civil foi resultado da luta de classes na Costa Rica,

⁶⁵ Vimos a relação dessas classes com os meios de produção na Introdução deste trabalho.

⁶⁶ Op. cit.

⁶⁷ Op. cit., p.145

⁶⁸ IBID, p.163

⁶⁹ GONZÁLES CASANOVA, P. *El Estado Democrático en Costa Rica*. In: GONZÁLES CASANOVA, P. (coord.) *El Estado en América Latina: teoría y práctica*. México: Siglo Veintiuno, 1990.

⁷⁰ IBID., p.520

⁷¹ IDEM

⁷² IBID, p.521

⁷³ Op. cit.

em que as classes trabalhadoras tiveram múltiplos papéis a partir das suas diversas posses dos meios de produção, assim como foi heterogênea a atuação da burguesia⁷⁴. No todo, a atuação da CIA foi bastante importante, já que Rojas ressalta o período da Guerra Fria e sua política anticomunista e contrária a organização da classe dominada⁷⁵.

Para compreender os acontecimentos da década de 40, daremos ênfase ao trabalho de Rojas Bolaños por este analisar, ao longo de sua obra, uma maior diversidade de determinações internas externas. Cabe ressaltar que ele não nega as afirmações dos autores anteriores, mas as articula entre outras causalidades e, dado isto, temos aqui outra razão para utilizá-lo como referencial.

Em 1940, Rafael Calderón Guardia, pelo Partido republicano Nacional, vence as eleições da Costa Rica por 85%⁷⁶ dos votos. Rojas Bolaños aponta este fato como um resultado do medo da burguesia em relação ao crescimento da luta dos trabalhadores, como a greve na United Fruit Company em 1934, e do Partido Comunista⁷⁷. Assim, Calderón Guardia representava os interesses das classes subalternas ao prometer, em campanha, que priorizar suas questões, sem colocar em cheque os interesses da classe dominante⁷⁸.

Como diz Rojas Bolaños:

De acuerdo con sus ofrecimientos electorales, Calderón Guardia procuro dar alguna respuesta a las demandas de los sectores populares en los primeros años de su gobierno. En el mensaje para el Congreso del 1º de Mayo de 1941 anunció el envío de uno o varios proyectos de ley sobre seguros sociales. En ese mismo año, el 31 de Octubre, el Congreso aprobó la ley que dio vida a la Caja Costarricense de Seguro Social, institución destinada a cubrir los riesgos de enfermedad, maternidad, invalidez, vejez y muerte de todos los asalariados cuyos ingresos no fueron mayores de ₡ 3.600,00 anuales. Puesto que los costos de operación de la nueva institución tenían que ser cubiertos por el Estado, los asalariados y los patronos, estos últimos alegaran la imposibilidad de cubrir sus cuotas debido a la difícil situación económica del país. Pero lo cierto es que la creación de la *caja* no afectaba por igual los intereses de las diferentes fracciones burguesas, primero, porque durante los primeros años de funcionamiento su radio de acción no podía extenderse más allá de las principales ciudades de la Meseta Central, y, segundo, porque solo se consideraban asegurados obligatorios aquellos asalariados que trabajaban un número de jornadas por año superior a 180. (IBID, p.52)

⁷⁴ IDEM

⁷⁵ IDEM

⁷⁶ IBID, p. 40

⁷⁷ IBID, p.41

⁷⁸ IBID, p. 40

Após 1942, Calderón Guardia se dedica também a promulgar o Código do Trabalho:

El 12 de Mayo, mediante decreto ejecutivo, se creó una comisión *ad bonoren* encargada de redactar un proyecto de “Código de Trabajo”. Cuatro días después, el gobierno envió al conocimiento del Congreso el proyecto del Capítulo de Garantías Sociales, un conjunto de artículos en los que fijaban derechos de los trabajadores como el salario mínimo, la huelga, la jornada de trabajo de ocho horas, la sindicalización, los contratos colectivos de trabajo, la igualdad de los sexos en lo que se refiere la remuneraciones, la igualdad entre los trabajadores urbanos y los del campo, etc. Sin embargo, al igual que a los trabajadores, se les reconocía a los patronos el derecho a sindicalizarse y al paro, una concesión con la que posiblemente se esperaba neutralizar la oposición de aquellos. (IBID, p.78)

Como bem colocado, essas reformas não interferiram de maneira profunda nos interesses da burguesia, especialmente porque não tocavam na maior parte da população trabalhadora, rural. Todavia, o descontentamento das classes dominantes foi conquistado de outras formas.

Em associação à presença cada vez mais sólida de capital estadunidense na Costa Rica, concomitante ao já bem estabelecido capital inglês, Rafael Calderón Guardia opta por ficar ao lado dos Aliados e declarar guerra ao Eixo durante a 2ª Guerra Mundial. Ainda que isso tenha favorecido empréstimos e políticas de crédito por parte dos EUA, a declaração de guerra entrava em contradição com o também presente capital alemão em território costarricense, prejudicando, assim, uma significativa parcela da burguesia ligada ao capital estrangeiro⁷⁹. Nesse mesmo momento, Guardia propõe também uma aliança com o Partido Comunista, que se dividiu entre Partido Comunista e Vanguarda Popular ao longo do aos 40, o que provocou outro tipo de descontentamento entre as classes burguesas.

Além desse fato, temos em questão também o aumento dos gastos e da dívida pública. Esses dois elementos, valorizados pela situação de guerra e, assim, pelo aumento do preço das importações, são responsáveis pela inflação e pelo aumento do custo de vida. Logo, não só a burguesia envolvida com o setor importador questiona o governo de Calderón Guardia, a classe trabalhadora e a pequena burguesia também passam a questioná-lo.

Tabela 5: Costa Rica: A dívida Pública em Milhões de Colónes (1940-1944)

⁷⁹ IBID, p.53

años	total	externa	interna
1940	135	100	35
1941	149	105	44
1942	177	128	49
1943	207	142	65
1944	223	146	77

Fonte: ROJAS BOLAÑOS, op. cit., p.57

Tabela 6: Costa Rica: Índice de Preços 1941-1944 (1936 = 100)

		costo de vida	artículos nacionales	artículos importados
1941	julio	109,13	103,77	112,95
	diciembre	114,31	114,96	123,72
1942	julio	127,42	128,73	152,95
	diciembre	150,04	161,31	173,14
1943	julio	172,76	171,99	173,86
	diciembre	168,26	174,14	172,40
1944	julio	178,26	186,80	178,01
	diciembre	189,29	203,23	170,17

Fonte: ROJAS BOLAÑOS, op. cit., p.58

Cabe aqui também ressaltar o descontentamento dos pequenos e médios camponeses com o governo. Este grupo que possuía a própria terra e, portanto, não era assalariado, teve sua qualidade de vida pouco elevada pelas políticas sociais de Calderón Guardia. Desacreditando nas possibilidades de melhoria criadas pelas propostas de mediação de classes governamentais, os camponeses aderem a figura de León Cortes – futuro candidato à presidência apoiado pelos barões do café e pelos setores comercial e financeiro⁸⁰.

Contudo, este cenário de divisão não foi insuficiente para que o próximo candidato da aliança entre o Partido Republicano Nacional e o partido Vanguarda Popular, Teodoro Picado, não alcançasse a presidência em 1944. Diferente de Calderón Guardia, no entanto, Picado

⁸⁰ IBID, p.88

representou contenção das políticas sociais⁸¹, em que o salário mínimo e o Código do Trabalho foram reformados a fim de conter o processo inflacionário⁸².

Em 1946, a Guerra Fria e, em especial, o anticomunismo se consolidam no mundo capitalista, de modo que o discurso contra a coligação com o partido Vanguarda Popular ganha força entre a pequena burguesia e o campesinato⁸³. Neste período, também, grupos ligados ao Partido Social Democrata passam a tática terrorista para tentar derrubar seu governo, sendo o ataque mais famoso “el almaticazo”⁸⁴. Em 1947, a “Greve de Braços Caídos”, que envolveu desde os setores dominados aos setores dominantes da sociedade foi também um momento importante para a desestabilização do governo de Picado⁸⁵.

Ao fim de 47, o cenário eleitoral ganha um novo elemento: o Partido Social Democrata, e seu candidato José Figueres. Este último nome foi a liderança do golpe contra o governo da Costa Rica em 48, episódio que nos deteremos adiante. Antes, entretanto, é preciso comentar o fim das eleições de 1948, em que o Partido Democrata, na figura de Otilio Ulate, vence a coligação entre Vanguarda Popular e Partido Republicano Nacional, na figura de Calderón Guardia.

José Figueres foi membro do Instituto Internacional de Educação Política, financiado pelos Estados Unidos⁸⁶ e do Centro de Estudo de Problemas Nacionais, fundado em 1940, dentro do qual é líder do grupo Acción Democrática⁸⁷. Ele é exilado em 1942 por realização de discurso subversivo⁸⁸, aos olhos do governo, e retorna em 1944, quando funda o Partido Social Democrata. O Centro de Estudo de Problemas Nacionais, do qual temos mais informação, foi fundado por jovens estudantes ligados a pequena e grande burguesia, interessados em pensar a Costa Rica dentro da social democracia. Neste sentido, eles eram contra ideais comunistas e a concepção de “luta de classes” e contra o controle total da nação pelos Estados Unidos, ainda que manter relações com este fossem favoráveis⁸⁹. Sobre isto, os social democratas afirmam:

Oponerse a la penetración yanqui, no es abominar del pueblo norteamericano; qué erróneo sería amalgamar la naturaleza de un pueblo digno, amante de las libertades y respetuoso de los inalienables derechos humanos, con el sórdido e inmoral conjunto de intereses de Wall Street. Un hecho indiscutible es el

⁸¹ IBID, p. 124

⁸² IDEM

⁸³ IBID, p.131

⁸⁴ IBID, p.132

⁸⁵ IBID, p. 138

⁸⁶ GONZÁLES CASANOVA, op. cit., p. 354

⁸⁷ ROJAS BOLAÑOS, op. cit., p.109

⁸⁸ IDEM

⁸⁹ IBID, p.105-108

de que el pueblo de los Estados Unidos será nuestro mejor aliado en la lucha que en el futuro tenemos que emprender para consolidar en Indo-América una compacta y vigorosa conciencia antiimperialista (BOLAÑOS, op. cit., p.108)

Após sua volta ao país, Figueres trata de consolidar o Partido Social Democrata. Chegamos, então, ao objetivo dessa exposição: a Guerra Civil de 48. Frente a vitória de Otilio Ulate, os membros do Partido Republicano Nacional iniciam um movimento que coloca as últimas eleições como fraudulentas⁹⁰. Ao passo do caos político visto no país, em que, como já vimos, crescia a ideologia anticomunista e grupos armados pela causa, os EUA optam por não interferir com armamentos, em receio de que os comunistas tomassem posse das mesmas⁹¹.

Neste cenário, a figura de Figueres torna-se interessante para os estadunidenses. Ainda que esse fizesse parte Legião do Caribe, grupo este que era contra diversas ditaduras na América Central, como a da família Somoza na Nicarágua, a social democracia parecia uma concepção viável diante do embate presente na Costa Rica, em que os ideais liberais prevaleceriam e os comunistas seriam afastados do poder. É importante notar que a guerra acontece apenas dois anos após o discurso de Churchill em Fulton⁹², uma das principais marcas do início da Guerra Fria dentro da História política.

Assim, em março de 1948, Figueres, com auxílio dos EUA, realiza um Golpe de Estado, procedido de Guerra Civil, que termina com a rendição das tropas calderonistas e comunistas. Ao passo que este, como veremos no capítulo dois, é um marco para o desenvolvimento da perseguição da Costa Rica, os comunistas ao se renderem negociaram sua anistia e proteção aos direitos dos trabalhadores no governo que estava por vir⁹³. Durante seu governo de 18 meses em que lidera uma Junta Militar no poder, ele torna o Partido Comunista e o Vanguarda Popular ilegais. Em 49, ele promulga a Constituição que põe fim no Exército Nacional Regular.

Apesar do desgosto dos grupos aliados ao Partido Comunista e Vanguarda Nacional, Figueres incentivou medidas que favoreciam a industrialização, ganhando apoio das grandes burguesias e pequenas burguesias, de caráter urbano⁹⁴. Ao longo dos anos da Junta Militar no

⁹⁰ IBID, p.139

⁹¹ IBID, p. 148

⁹² Winston Churchill's Iron Curtain Speech <http://www.historyguide.org/europe/churchill.html> - Acesso em: 18/06/2018

⁹³ COCKROFT, James. Santo Domingo: funerales del modelo reformista en America Latina. In: FRANK, A. G; COCKROFT, J; JOHNSON, D (orgs). Economía Política del Subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970, p.280

⁹⁴ IBID, p. 161-162

poder, Figueres reafirmou concessões fiscais para a United Fruit Company e a Standard Fruit Company, apesar de seu discurso nacionalista⁹⁵, o que, ao longo dos anos, conquistou apoio da burguesia ligada ao setor agroexportador.

Sobre nacionalismo e anticomunismo – este último um reflexo da Guerra Fria, discursa José Figueres:

cuando recuperamos la soberanía popular en 1948, y emprendimos la obra constructiva, no nos sentíamos, francamente, en capacidad en seguir dando la batalla abierta, libre al comunismo internacional. Los comunistas tenían apoyo exterior, nosotros no. Tenían la fuerza que da el fanatismo, nosotros no. Resolvimos ponerlo fuera da ley, como partido político. (FIGUERES, apud VEGA CARBALLO, p.14, 1981)

Após 18 meses de governo, a Junta Militar propõe o retorno do poder político a Otilio Ulate, que completaria seu mandato de quatro anos. Em 1953, o Partido Libertação Nacional – composto por antigos membros do Partido Social Democrata, como José Figueres – vence as eleições e Figueres torna-se presidente eleito. Nas eleições de 1958, vence o candidato do Partido Republicano Nacional. Contudo, em 1962, o PLN é representado por Francisco José Orlich Bolmarcich e vence as eleições. Até os dias atuais, o cenário político da Costa Rica demonstra a vitória do Partido Libertação Nacional intercaladamente através dos anos eleitorais.

1.2. Considerações Finais

Neste capítulo demos conta dos principais eventos da história política da Costa Rica que se relacionam com nosso recorte temporal e, mais importante, com a Guerra Civil de 1948 e suas consequências. O que notamos é a significativa presença das oligarquias rurais dentro do processo político, o que corrobora com o argumento de Vania Bambirra sobre a composição das classes dominantes dos países tipo B até a II Guerra Mundial (esta questão foi melhor estudada na Introdução deste trabalho).

Nesse sentido, a presença dos interesses imperialistas no país foram uma constante, mesmo com a relativa estabilidade do sistema eleitoral na Costa Rica. Podemos observar, então, que um elemento não exclui o outro. A proscrição do Exército Nacional é apenas mais um elemento da relação dos interesses das classes dominantes com a dependência, que toma

⁹⁵ IDEM

uma nova forma durante a Guerra Fria. As reflexões acerca dos conceitos de Estado, crise, exército, e as consequências da constituição de 1949 serão analisadas no capítulo a seguir.

2. Exército Nacional e Soberania Restringida

“Olhem a confusão em que nos metemos – costumava então dizer o Coronel Aureliano Buendía – só por termos convidado um americano para comer banana”⁹⁶. Mais uma vez, usamos do romance para sintetizar um elemento tão caro a história latino-americana, que a presença dos estadunidenses em nossa formação nacional. Na Costa Rica, que é nosso objeto de estudo, esta questão não ocorre de forma diversa.

Neste segundo capítulo, já não analisaremos mais a forma na qual o liberalismo e o conservadorismo operaram juntos para a construção da formação nacional da Costa Rica. Agora em diante, nos deteremos em refletir teoricamente sobre o que significa a presença (ou não) de Exército Nacional em uma sociedade e que relações esse elemento, no caso da história costarriquenha, pode ter com esta “confusão” em que nos metemos, para nós, o imperialismo.

Não é possível, porém, que se analise a forma como o imperialismo funcionou na região sem compreender suas estruturas mais abstratas. Por isso, nos dedicaremos na compreensão de alguns conceitos nos próximos parágrafos para entender de que forma foi possível a amenização das contradições capitalistas na Costa Rica, sem impedir que os capitais do centro hegemônico deste modo de produção se articulassem no país em uma relação de dominação.

Os avanços teóricos propostos pela Teoria Marxista da Dependência nos levam a esse entendimento. A categoria Transferência de Valor, exposto pela primeira vez por Ruy Mauro Marini em seu texto *Dialética da Dependência*⁹⁷ é fundamental para a compreensão do capitalismo dependente e, partindo desse conceito, poderemos melhor analisar o caso costarriquenho com auxílio do trabalho de de Reinaldo Carcanholo, *La Transferencia de Valor y el Desarrollo del Capitalismo en Costa Rica*, que, a partir da Teoria do Valor e da Transferência de Valor, articula os conceitos de Renda Diferencial e Renda da Terra.

2.1. Valor e Transferência de Valor como Intercâmbio Desigual

Não é possível compreender nenhuma das categorias e conceitos já citados sem, inicialmente, entender que Valor, em Marx, é uma categoria abstrata que existe a partir de

⁹⁶ GARCIA MÁRQUEZ, G. Cem Anos de Solidão. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

⁹⁷ Op. cit.

trabalho abstrato atribuído⁹⁸, e, portanto, não é equivalente ao conceito preço, este último pertencente ao âmbito do mundo concreto. Da mesma forma, Transferência de Valor não pode ser entendido como “comprar barato e vender caro”, já que este é um modo de compreender o mercantilismo, e o imperialismo, como fase superior do capitalismo, opera em maiores níveis de abstração e complexidade, além do fato de que essa didatização do processo mercantil não abarca a Teoria do Valor. Nesse sentido, segundo Mathias Luce⁹⁹, a questão fundamental presente no texto *Dialética...* de Marini constitui:

“se o traço definidor do modo de produção capitalista é a extração de mais-valia, e a acumulação de capital mediante o incremento da produtividade do trabalho e o papel crescente desempenhado pela mais-valia relativa; e se os dois correspondem a métodos para acicatar a concorrência capitalista, barateando os preços de mercado, porque justamente os países de menor produtividade os preços apresentam tendência maior à queda? E por que essa realidade não levou a um desestímulo à incorporação dos países da América Latina na exportação dos produtos nos quais lhes coube especializarem-se na divisão internacional do trabalho?” (LUCE, p.27, 2018)

A primeira parte da pergunta corresponde ao tema da transferência de valor. A segunda, à superexploração da força de trabalho, que é também uma das maneiras em que a transferência também ocorre¹⁰⁰. Mathias Luce seleciona, então, uma seção do trabalho de Marini, referenciada aqui também pela forma como resolve questões acerca da transferência de valor que nos é interessante:

“a expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis assenta as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, porém simultaneamente cria todas as condições para que entrem em cena os distintos expedientes mediante os quais o capital trata de burlá-la.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado pelas mercadorias. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das

⁹⁸ Ver MARX, K. *O Capital*: volume I. Cap. I: A Mercadoria. Boitempo: São Paulo, 2013

⁹⁹ LUCE, M. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias: uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018

¹⁰⁰ IBID., p.27

leis de intercâmbio, e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no âmbito interno da mesma esfera de produção (seja de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio, no segundo adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas”¹⁰¹

Assim, dados esclarecimentos sobre a questão do Valor, passaremos para os conceitos de Renda da Terra e Renda Diferencial que permitem uma compreensão maior do que ocorre com o caso da Costa Rica.

2.1.2. Renda da Terra e a Renda Diferencial

O conceito de Renda Diferencial nada mais é do que uma continuação teórica da Transferência de Valor, entretanto, ela necessita de algumas compreensões sobre o que é o setor agrícola, diverso do setor industrial, isto é, é necessário compreender os funcionamentos básicos da Renda da Terra para que se possa compreender como ocorre a transferência do valor gerado nela a partir da Renda Diferencial.

O valor, nesse sentido, relaciona-se com a geração de renda a partir do fato de que a magnitude do valor significa a magnitude do que será apropriado. Porém, diferente da extração e transferência da mais-valia gerada devida a superexploração da força de trabalho e a regulamentação do preço do mercado a partir do preço médio geral, a renda diferencial da terra existe a partir do fato de que o mercado é regulado pelas terras menos favoráveis.

Logo, a renda diferencial é o que resta entre o preço de produção médio da terra mais desfavorável ao plantio e o preço médio de cada classe de terra¹⁰². Por fim, esta renda diferencial é o lucro extraordinário obtido pelos capitais que operam em terras diferentes das menos adequadas¹⁰³.

Lidando com diversos tipos de abstração, é importante retomar que os movimentos acima descritos não são automáticos; eles necessitam de um Estado e um mercado que os realize. Assim, não basta haver possibilidades econômicas que explicitem a Transferência de Valor se não houver interesse imperialista e uma classe dependente interessada em manter esta

¹⁰¹ MARINI, op. cit., p. 33-34

¹⁰² CARCANHOLO, Reinaldo. Renda da Terra: uma concreção teórica necessária. Revista de Economia Política. Vol. 4., nº 4: outubro-dezembro, 1984

¹⁰³ IDEM

transferência de capitais em nome da manutenção de seu poder político e econômico a partir de seus latifúndios.

Neste processo, vemos então a importância da atuação bancária. Não faremos uma análise da estruturação do capital financeiro e do setor bancário no país, visto que esse não é o nosso foco. Aqui, compreendemos a transferência de valor a partir da renda diferencial pelo trabalho de Reinaldo Carcanholo, que comprova a operação desses processos na Costa Rica em sua tese de doutorado¹⁰⁴.

Contudo, a importância da utilização desses conceitos nesta pesquisa recai sobre o fato de que, devido a sua ocorrência, é possível observar uma amenização das contradições do capitalismo e, assim, do imperialismo na Costa Rica, de tal maneira que o país pode existir sem Exército Nacional. A importância da ação do setor financeiro já foi discutida no primeiro capítulo, entretanto, cabe lembrar que o Banco Nacional da Costa Rica teve um papel, desde sua fundação, fundamental ao lidar com os capitais do setor exportador e o capital estrangeiro. No momento do governo da Junta Militar, de 48 a 49, uma das principais medidas de José Figueres foi o projeto de nacionalização dos bancos, em que foram atingidos o Banco Nacional da Costa Rica, o Banco da Costa Rica, o Banco Anglo Costarricense e Banco Crédito Agrícola de Cartago¹⁰⁵, com o objetivo de favorecer a industrialização nacional¹⁰⁶.

Explanamos, assim, algumas das formas importantes de apropriação por parte, especialmente, dos Estados Unidos e Inglaterra do valor produzido nas plantações de café sem a necessidade de interferir negativamente no ambiente democrático costarricense, bem como sem causar uma agudização da luta de classes¹⁰⁷. Daí a importância de compreender a agilidade com que se estabeleceu o liberalismo na Costa Rica, e a importância do setor cafeeiro para a questão da *renda diferencial*.

Sobre esta última proposição, como aponta Carcanholo, é possível que em um país *X* especializado em *a*, os pequenos camponeses possuam e trabalhem em terras mais favoráveis que os donos de grandes terras, o que pode gerar ao pequeno camponês um bom poder de compra e uma posição social estável e ao mesmo tempo permitir que os latifundiários se apropriem do valor gerado a partir das regras de transferência de valor e renda diferencial já demonstradas.

¹⁰⁴ *Op. cit.*

¹⁰⁵ GIL PACHECO, Rufino. La Nacionalización Bancaria: serie documentos históricos nº 2. Secretaria de Capacitación y Cultura. Editorial Elloy Moura Carillo: San José, 1962

¹⁰⁶ ROVIRA MAS, Jorge. Estado y Política Económica en Costa Rica: 1948-1970. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2000, p. 50

¹⁰⁷ CARCANHOLO, op. cit.

Por fim, ressaltamos a já comentada boa relação dos Barões do Café com o setor bancário na Costa Rica e a consolidação desta aliança a partir de 1930, momento que Vega Carballo chama o momento econômico costarricense de *capitalismo comercial de juros*¹⁰⁸.

Tabela 7: Empréstimos Realizados por Bancos Comerciais, em milhões de Colones (1945-1950)

AÑOS	TOTAL	créditos en cuenta corriente	préstamos a corto plazo (hasta 1 año)	préstamos a largo plazo (más de 1 año)	préstamos de crédito agrícola, la e industrial.	descuentos	otras colocaciones	préstamos en moneda extranjera.
1945	110	16	38	8	27	18	1	(-)
1946	131	13	47	7	29	32	(-)	1
1947	151	15	50	6	35	39	3	3
1948	151	11	57	4	41	35	3	(-)
1949	173	8	65	10	53	32	5	(-)
1950	197	7	66	13	57	49	5	(-)

(-) cantidades menores de un millón de colones.

Fonte: Anuario Estadístico de Costa Rica, 1950. San José: Dirección General de Estadística y Censos, 1951, p.490

Tabela 8: Empréstimos Realizados pelas Juntas Rurais de Crédito Agrícola, em milhões de Colones (1945-1950)

AÑOS	TOTAL	Departamento Comercial (corto y mediano plazo)	Departamento Hipotecario (corto y mediano plazo)
1945	4.9	4.6	0.3
1946	7.1	6.7	0.4
1947	8.8	8.2	0.6
1948	9.3	8.7	0.6
1949	14.0	12.5	1.5
1950	17.0	15.6	1.4

¹⁰⁸ VEGA CARBALLO. Democracia y Dominación em Costa Rica, op. cit., p.132

Fonte: Anuario Estadístico de Costa Rica, 1950. San José: Dirección General de Estadística y Censos, 1951, p.502.

2.2. Estado e Exército Nacional

Agora que entendemos alguns elementos que afastaram a crise enquanto elemento constante da história costarriquenha, é preciso compreender o que é, afinal, a crise dentro de um Estado, para entender que tipo de crises estamos analisando em 1948, na Costa Rica. Jaime Osorio estuda as *crises de representação*, e sobre o surgimento das mesmas, ele escreve: “A diferenciação entre as classes e as representações remete a um tema político da maior importância: a possibilidade de que ocorram inadequações entre ambas”¹⁰⁹.

Estas inadequações, ainda que constantes pelos diversos interesses de classe de uma sociedade capitalista, nem sempre levam a crises. Para a existência de um Estado capitalista e, portanto, burguês, é preciso que haja um pacto entre as classes dominantes e dominadas, em que estas últimas renunciem compor a cena política e a formas classistas de representação¹¹⁰; “apenas em particulares e conjunturais de enfrentamentos classistas esta situação chega a mudar, expandido o espaço de ação política e as formas de representação”¹¹¹.

Dentro do Estado burguês, as classes dominantes também são regidas por regras, o que garante um sentido de equidade entre as classes, ainda que este não possa ser verificado na prática¹¹². Porém, a democracia liberal nem sempre dá conta das contradições geradas pelo conflito de classes presentes, gerando crises de representatividade que, como dito no parágrafo anterior, podem mudar a situação da classe dominada, porém, não profundamente.

Há momentos em que essa contradição chega a níveis críticos, e é nesse momento que a crise de representatividade no Estado se torna uma *crise orgânica*. Este último conceito é criado por Gramsci, e é verificado por Osório da seguinte forma:

As crises orgânicas são momentos em que a agudização da luta de classes e a ausência de canais acessíveis de expressão levam as classes a se mover e a buscar novas formas de representação, tomando instituições e espaços, com o objetivo de usar fórmulas mais adequadas para defender seus interesses (OSORIO, op. cit., p.59)

Os ditos movimentos a novas formas de representação podem ser de qualquer classe, desde que ela ocupe um novo espaço a fim de buscar novas formas de representação e

¹⁰⁹ OSORIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p.58

¹¹⁰ IBID, p.57

¹¹¹ IDEM

¹¹² Estudamos esta questão na Introdução deste trabalho

atuação¹¹³. Um exemplo muito claro de *crise orgânica* é o golpe de Estado no Chile em 1973, em que atuaram as Forças Armadas em defesa dos interesses das classes dominantes. Diante da vitória da Unidad Popular na figura de Salvador Allende, a burguesia industrial e os latifundiários não encontraram formas de representatividade política que impedisse a ascensão da classe dominada, levando a efetivação do golpe e a Ditadura de segurança Nacional subsequente.

As crises de representação a partir da classe dominada não necessariamente geram crises orgânicas, visto que a mínima representação dessa parcela da sociedade é inerente ao Estado capitalista¹¹⁴. Em relação a isso, Jaime Osorio segue: “quanto mais direta é a relação das classes dominadas com sua representação, mais próximo o Estado capitalista está de uma crise política profunda e a sociedade de uma revolução social”¹¹⁵.

O Golpe de 1948 na Costa Rica foi o caso de uma crise de representação entre as classes dominantes. Até o golpe, estas não foram capazes de expulsar os comunistas do aparato Estatal e nem o comunismo da sociedade. Os setores dominantes não ligados às oligarquias agroexportadoras, interessados no desenvolvimento industrial da Costa Rica apoiaram, também, a Guerra Civil e a Junta Militar posteriormente instaurada no governo, já que, nos governos anteriores, não encontraram essa forma de representação. Assim, dentro do espectro político costarriquenho, foram estes grupos que se moveram, a partir da guerra, passaram a ocupar um novo espaço no Estado, que configurou seus interesses.

Na América Latina, não se pode falar em interesses de classe sem que se considere os interesses imperialistas, especialmente tratando-se de um país tipo B dentro da tipologia de Vania Bambirra¹¹⁶. Dado isto, é importante frisar que o Golpe de 1948 se localiza nos anos iniciais da Guerra Fria, quando se inicia uma disputa por zonas influências entre EUA e URSS, em que, claro, era primordial geopoliticamente que os Estados Unidos manter a ideologia capitalista no continente americano¹¹⁷

Nesse sentido, a falta de representação no Estado sentida pela burguesia urbana, representante dos interesses imperialistas, em combater o comunismo caracteriza as razões pelas quais o ocorrido em 1948 foi possível. Ademais, não se pode caracterizar a Guerra Civil como um movimento espontâneo, mas sim como uma síntese de múltiplas determinações, nas

¹¹³ OSORIO, op. cit., p.59

¹¹⁴ IBID, p. 60

¹¹⁵ IDEM

¹¹⁶ As tipologias mencionadas foram melhor estudadas na Introdução deste trabalho

¹¹⁷ MICHELENA, José A. A Crise do Sistema Mundial: política e bloco de poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.47

quais estão articulados um setor da sociedade não ligado ao setor cafeeiro e que tem interesse em partilhar do poder político do Estado.

Como vimos no capítulo um, Perez Brignoli afirma que “en la práctica, la vigencia de las instituciones liberales fue sobre todo eso: un inmenso monólogo de las clases dominantes consigo mismas”¹¹⁸. A partir de 1940, vemos, então, o crescimento do setor urbano, que ao fim de dois mandatos governamentais passa a desejar participação mais significativa dentro do poder político. Logo, a nacionalização dos bancos, bem como a transferência de valor obtido no meio agrário em direção ao campo industrial não são razões meramente financeiras. Esses processos fazem parte de um projeto social democrata de governo que valoriza, em seu próprio programa, o setor urbano¹¹⁹.

Para o Estado liberal, o exército regular tem uma função essencial que é o de manter a soberania nacional, a partir do combate de ameaças internas e externas¹²⁰. Estas ameaças, por certo, não são apolíticas. Pelo contrário: assim como o Estado é uma ferramenta de opressão em si¹²¹, o exército possui também o papel de dominação. Assim como o Estado serve à classe dominante, o exército também serve à classe dominante do espaço que atua, salvo em casos de crise.

Sendo assim, o que num primeiro momento pode parecer uma contradição sem solução, se demonstra explicável a partir do método do materialismo histórico dialético. A Costa Rica não rompe com as estruturas do Estado liberal pelo fato de que as classes dominantes e, especialmente, as que têm controle do Estado a partir de 48, garantem esta “proteção” efetuada, em tese, pelo exército de outras formas. Sobre esta questão, faremos uma melhor análise no próximo ponto deste capítulo.

2.3. A Constituição de 1949

Iniciamos esta sessão com uma transcrição do primeiro título constituição de 1949, especialmente as partes que convém a este trabalho. Essa decisão se dá pelo fato de que ela aborda dois dos principais elementos que buscamos relacionar neste trabalho, que são exército e soberania nacional. Por óbvio, a Constituição de um país não determina a totalidade das

¹¹⁸ PEREZ BRIGNOLI, op. cit., p. 129

¹¹⁹ ROJAS BOLAÑOS, op. cit., p.111-112

¹²⁰ BUSCONE, P. The Demilitarization of Costa Rica. Disponível em: <https://bit.ly/2JQvV5M> - Acesso em: 20/06/2018

¹²¹ Ver a Introdução deste trabalho

relações da sociedade que ela compreende. Contudo, ela é uma fonte importante para análise dos interesses das classes que a construíram. No caso, a Junta Militar estabelecida em 1948 por José Figueres.

“TÍTULO I

LA REPÚBLICA

Capítulo Único

[...]

Artículo 2- La soberanía reside exclusivamente en la Nación.

Artículo 3- Nadie puede arrogarse la soberanía; el que lo hiciere cometerá el delito de traición a la Patria.

Artículo 4- Ninguna persona o reunión de personas puede asumir la representación del pueblo, arrogarse sus derechos, o hacer peticiones a su nombre. La infracción a este artículo será sedición.

[...]

Artículo 6- El Estado ejerce la soberanía completa y exclusiva en el espacio aéreo de su territorio, en sus aguas territoriales en una distancia de doce millas a partir de la línea de baja mar a lo largo de sus costas, en su plataforma continental y en su zócalo insular de acuerdo con los principios del Derecho Internacional. Ejerce, además, una jurisdicción especial sobre los mares adyacentes a su territorio en una extensión de doscientas millas a partir de la misma línea, a fin de proteger, conservar y explotar con exclusividad todos los recursos y riquezas naturales existentes en las aguas, el suelo y el subsuelo de esas zonas, de conformidad con aquellos principios.

[...]

Artículo 8- Los Estados extranjeros sólo podrán adquirir en el territorio de la República, sobre bases de reciprocidad, los inmuebles necesarios para sede de sus representaciones diplomáticas, sin perjuicio de lo que establezcan los convenios internacionales.

[...]

Artículo 12.- Se proscribe el Ejército como institución permanente. Para la vigilancia y conservación del orden público, habrá las fuerzas de policía necesarias. Sólo por convenio continental o para la defensa nacional podrán organizarse fuerzas militares; unas y otras estarán siempre subordinadas al poder civil; no podrán deliberar, ni hacer manifestaciones o declaraciones en forma individual o colectiva.”

(Constitución Política de la República de Costa Rica de 1949. Disponível em: <http://www.tse.go.cr/pdf/normativa/constitucion.pdf>, - Acesso em 20/06/2018)

Como trabalhamos anteriormente neste trabalho, são apresentados elementos dessa passagem que caracterizam o Estado liberal. Para além da divisão do poder público em três poderes, característico do pensamento republicano, temos a importância da soberania nacional como um elemento essencial do mundo capitalista¹²², que é atravessada pela *mundialização*¹²³ do capital. Sobre o conceito de *mundialização*, Jaime Osorio afirma:

“O capitalismo é a primeira organização econômica e social com vocação mundial. Necessita de um espaço planetário para funcionar e opera tanto de maneira extensiva, expandindo-se para os mais distantes cantos do planeta, quanto de maneira intensiva, reforçando sua dominação e exercendo novas modalidades de sujeição e controle sobre territórios já subordinados.” (OSORIO, op. cit., p.161)

É importante notar que, ainda que o imperialismo esteja absolutamente relacionado a mundialização, eles não devem ser confundidos, visto que o segundo descreve a estrutura do modo de produção capitalista e o primeiro sua fase monopolista¹²⁴.

Justamente por sua estrutura mundializante, a soberania nacional se faz necessária dentro do Estado capitalista, em especial dentro dos valores liberais (ou republicanos). Contudo, ela opera uma contradição intrínseca ao capitalismo¹²⁵, já que, ao passo e que o Estado soberano impõe particularidades no desenvolvimento nacional, ele também mantém o desenvolvimento do capital e, assim, permite o processo de mundialização.

¹²² Neste trabalho mantemos uma concepção marxista da história, e, por isto, não compreendemos o capitalismo como um sistema natural da humanidade, e sim, como um modo de produção com estruturas e processos próprios. Esta visão é marcadamente diferente da de Immanuel Wallerstein em *O Sistema-Mundo Capitalista*, em que a expansão capitalista teve início no século XIV. O conceito de mundialização, portanto, é compreendido como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo a partir do século XVIII, desenvolvimento estudado por Marx em *O Capital*, op. cit.

¹²³ OSORIO, op. cit., p.162

¹²⁴ OSORIO, op. cit., p.163

¹²⁵ IBID, p.175

Por isto, a soberania é tão importante para a composição estatal liberal e não é sem razão que está presente na Constituição de 49. E, como abordamos no ponto anterior, é o Exército Nacional um dos principais responsáveis pela manutenção do Estado Soberano. Nos deteremos logo mais sobre a proscrição do exército na Costa Rica. Antes disso, contudo, é importante ressaltarmos, nas palavras de Osorio, que “no capitalismo, como sistema mundial, sempre houve um exercício desigual da soberania”¹²⁶.

Esta última frase ganha uma significação ainda mais aprofundada quando utilizamos o imperialismo enquanto conceito. Como abordamos na introdução deste trabalho, Vania Bambirra analisa a importância política e econômica que dependência latino-americana tem para os países do centro hegemônico capitalista, especialmente os Estados Unidos.

No caso da Costa Rica, enquanto país tipo B, observamos a formação histórica de uma classe dominante quase que inteiramente ligada ao capital estrangeiro, como observamos no capítulo um. Diante disso, podemos agora analisar o artigo 12 da Constituição, em que é extinto o Exército Regular costarricense.

Os estudos acerca da Guerra Civil de 1948, a Junta Militar que persistiu até 1949 e a dissolução das forças armadas regulares são parcos e estão devidamente citados na bibliografia referencial deste trabalho. Entretanto, é dado a estes poucos estudos e a ausência de fontes que não podemos fazer uma análise mais completa da influência imperialista neste processo, nem descrever todos os benefícios obtidos pelos Estados Unidos ao colaborar com o golpe.

Entretanto, é possível afirmar o interesse estadunidense nesse processo, bem como a colaboração do grupo liderado por José Figueres em atender os interesses imperialistas. Desde 1947, documentos da CIA comprovam o interesse estadunidense no grupo que viria a tomar o poder em 48, pela oposição que formavam ao Partido Vanguarda Nacional e ao Partido Republicano Nacional¹²⁷. Em 1975, o líder do golpe de 1948 afirmou sua ligação direta com o serviço de inteligência estadunidense durante a guerra civil e adiante¹²⁸.

Sobre as principais decisões tomadas pela Junta Militar após a Constituição de 49, temos o fato de que, ao passo que as forças armadas foram dissolvidas, Figueres mantém o exército que lutou ao seu lado durante a Guerra Civil em funcionamento¹²⁹. Mantém-se, então, milícias não ligadas ao Estado, mas que o protegem a partir do fato de que Figueres é a figura

¹²⁶ IBID, p. 177

¹²⁷ Resources of Oposition Party in Costa Rica. Disponível em: <https://bit.ly/2MGcz0R> - Acesso em 20/06/2018

¹²⁸ Costa Rican Ex President Admits his Long CIA Role. Disponível em: <https://bit.ly/2M1TZPR> - Acesso em 20/06/2018

¹²⁹ BUSCONE, op. cit., p.17

política líder. As guardas civis e costeiras também seguem também tendo o poder da violência.

Todas estas são forças da região que estarão em funcionamento para imperar os interesses nacionais da Costa Rica, interesses nos quais não estão dissociados dos estadunidenses. Seguem em atividade na Costa Rica forças de segurança que seguirão, neste momento e ao longo dos anos, atuando contra os comunistas no país. Em nossas documentações, podemos analisar a descrição de grupos armados ligados ao governo perseguindo levantes ao redor do país que, em uma leitura da CIA, podem ter ligações comunistas¹³⁰.

Em 1955 a Costa Rica resiste a invasão de seu território pela Nicarágua, comandada pela família Somoza. Nesse momento, a Organização dos Estados Americanos, liderado pelos Estados Unidos, envia forças militares que combatem o exército nicaraguense¹³¹. Cabe dizer que Figueres, apesar de ter o apoio dos EUA, era conhecido por ser parte da legião do Caribe, e Somoza temia que o Partido Libertação Nacional viesse a ocasionar ofensivas contra a sua ditadura.

Em 1965, A Costa Rica se une aos Estados Unidos e ao Brasil (cabe lembrar, neste período o Brasil era controlado pela Ditadura de Segurança Nacional), entre outros países alinhados aos EUA, para invadir a República Dominicana e depor o presidente Juan Bosch, entendido pela CIA como um político alinhado ao comunismo¹³². Foram as forças armadas remanescentes da Costa Rica que atuaram neste processo e, ao fim de 1966, Bosch é deposto.

Dessa forma, a Costa Rica se filia ao programa estadunidense Aliança para o Progresso nos anos 60. O programa partia da disposição dos Estados Unidos em cooperar economicamente com os países participantes, desde que estes cooperassem em combater o socialismo ou qualquer política de esquerda em seu território. Esta cooperação econômica dos EUA envolveu auxílio em projetos educacionais, de saúde e industriais¹³³. Para a Costa Rica, uma das principais marcas da permanência estadunidense na região no que toca a industrialização foi a construção da Rodovia Pan-americana.

¹³⁰ Political Situation in Costa Rica. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0001319598.pdf - Acesso em 20/06/2018 e Costan Rican Revolt. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01443R000300210015-1.pdf> - Acesso em 20/06/2018

¹³¹ BUSCONE, op. cit., p.22

¹³² Congressional Record - House. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP67B00446R000500120010-3.pdf> - Acesso em 20/06/2018

¹³³ BUSCONE, op. cit., p.23

É importante colocar que, ao tomar o poder, José Figueres tornou ilegal tanto a existência do Partido Comunista quanto o Partido Vanguarda Nacional, os Estados Unidos, com a presença da Organização dos Estados Americanos e do programa Aliança para o Progresso colaboraram, também, com a perseguição aos ideais de esquerda dentro da Costa Rica¹³⁴. O país também se alinhou aos EUA, em 1963, ao bloqueio econômico de Cuba¹³⁵.

2.3.1 Capitalismo Contra Democracia

Por fim, cabe a nós refletir sobre a concepção de estabilidade democrática que muitas vezes se atribui a Costa Rica e os limites desse entendimento. “De todas as repúblicas da América Central, a Costa Rica tem sido a mais tranquila e progressista. O governo é, de modo geral, democrático e estável” diz o estadunidense Charles Holand, membro do Conselho Americano de Relações Pacíficas, em 1929¹³⁶. E, de fato, como observamos ao longo deste trabalho, o Estado burguês costarrriquenho se manteve sem grandes alterações em suas estruturas ao longo dos anos. Assim como, para alguns autores, o fato da Costa Rica não possuir um exército aproxima o país da paz e estabilidade que não gozam outros países latino-americanos, sendo inclusive intitulada a “suíça” latino-americana¹³⁷.

Porém, cabe a nós refletir sobre o que é a democracia dentro do capitalismo. Ao mesmo tempo que o processo eleitoral na Costa Rica conforme a expectativa legal, é preciso pensar que democracia não significa igualdade humana. A partir do fato de que o capitalismo se baseia na exploração de uma classe pela outra e de grupos entre si, ele limita a igualdade humana por si só¹³⁸. Ademais, a situação dependente implica, em si, uma situação de dominação entre o centro hegemônico capitalista e os cidadãos costarrriquenhos, incluindo as próprias classes dominantes.

Entretanto, é preciso ressaltar a aparência capitalista de que, como bem coloca os ideais liberais, todos são iguais perante a lei. Sobre isso, Ellen Wood, em seu livro *Democracia contra Capitalismo*, aponta:

¹³⁴ President Kennedy's Trip to Costa Rica. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00429A001100020041-8.pdf> - Acesso: 20/06/2018

¹³⁵ House of Representatives. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP65B00383R000200220026-0.pdf> - Acesso e 20/06/2018

¹³⁶ LONGLEY, Kyle. *The Sparrow and the Hawk. Costa Rica and the United States during the rise of José Figueres*. Tualoosa: The University of Alabama Press, 1997

¹³⁷ BUSCONE, op. cit.; LONGLEY, op. cit.

¹³⁸ WOOD, Ellen M. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.227

“A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre indivíduos formalmente iguais e livres e não pressupõe diferenças de condição política ou jurídica. Na verdade, o capitalismo tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica.” (WOOD, p.229, 2003)

Dessa forma, o capitalismo tornou possível o aumento da cidadania ao promover a educação e a saúde a todas as pessoas, já que, em tese “somos todos iguais...”. A própria fetichização da política, da economia, da mercadoria, entre tantas outras mediações do modo de produção capitalista são formas de separar a situação de exploração que sofre o indivíduo das instâncias sociais a qual integra¹³⁹.

Logo, dizer que na Costa Rica existe um processo democrático relativamente estável é diferente de dizer que existe democracia (no sentido da soberania do povo) entre a população. O elemento da igualdade, pela persistência do liberalismo, não foi alcançado ao longo dos anos da construção do Estado costarricense, e nem após a Guerra Civil de 1948. A não existência de forças armadas regulares dentro do aparato estatal não contribuiu para o estabelecimento da paz, como observamos anteriormente. Pelo contrário, foi uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo dependente na Costa Rica.

2.4 Considerações Finais

Este capítulo serviu para que fizéssemos uma reflexão acerca dos principais acontecimentos políticos da Costa Rica a partir de conceitos em níveis mais densos de abstração. Da mesma forma, pudemos nos aproximar dos conceitos de paz e igualdade dentro da democracia capitalista, e se o exército foi responsável pelo destacamento desses elementos.

Nos últimos parágrafos concluímos que não, o exército não promoveu a não participação da Costa Rica em conflitos, nem a consolidação da sua soberania nacional nem da dos países em seu entorno. Pela falta de fontes e bibliografia que nos permitam avançar nessa pesquisa, não é possível conceber com que profundidade a presença dos interesses imperialistas foi determinante para a política costarricense. Entretanto, também não podemos dizer que a Costa Rica é vista como nação dominante dentro da composição de países do centro hegemônico capitalista.

¹³⁹ IBID, p. 239

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, discutimos de que forma a abolição do exército nacional na Costa Rica representou a forma como se dá a soberania nacional nesse país, condicionado pelo capitalismo dependente latino-americano. No capítulo um, tentamos demonstrar um dos principais argumentos de Vânia Bambirra acerca dos países tipo B; não houve neles industrialização antes da II Guerra Mundial e os enclaves formados não permitiram que as oligarquias vinculadas ao capital estrangeiro tivessem poder de modo a ter seu próprio projeto nacional, permitindo uma ação muito maior do interesse imperialista.

Ao passo que diversos trabalhos acadêmicos¹⁴⁰, como também outros tipos de publicações¹⁴¹, ditam que a ausência de exército nacional é um passo em direção ao fim dos conflitos, as ações militares costarriquenhas nas décadas de 1950 e 1960 e os documentos da CIA estudados demonstram que a questão é mais complexa. Isto é, são contradições do capitalismo dependente que condicionam a nossa formação social e que não podem ser resolvidas apenas com a supressão de um dos elementos da nossa exploração.

Isto porque, como bem analisado ao longo de uma enorme tradição teórica marxista, o capitalismo é, si, exploração e, dado isto, não é possível superar a dominação se o próprio capitalismo não for superado. A Costa Rica não é uma exceção. Apesar das contradições do capitalismo amenizadas, neste trabalho conseguimos alcançar a percepção de que, apesar de sua aparência “pacífica” e “desenvolvida”, o país está em situação dependente, e por isso pertence à intensa violência causada pelo imperialismo aos países latino-americanos.

Pela nossa falta de fontes, não foi possível demonstrar um grande número de evidências em que o a Guarda Civil e Costeira, além de grupos paramilitares, da Costa Rica tenham operado em prol dos Estados Unidos. Entretanto, a união com os EUA em guerras e o apoio da OEA no conflito contra a Nicarágua indicam um importante alinhamento político entre essas duas nações.

Pensando na participação da Costa Rica na Aliança para o Progresso, é possível levantar a hipótese de que a Costa Rica serviu como modelo de sociedade capitalista durante a Guerra Fria, demonstrando dentro da América Central uma suposta vitória desse projeto. Essa

¹⁴⁰ Ver nota 138

¹⁴¹ PEREIRA, Gisele. Nem de Exército nem de fé vai a Costa Rica. E o Brasil?. Disponível em: Nem de Exército nem de fé vai a Costa Rica. E o Brasil? Acesso em 20/06/2018; RIBEIRO, João. Costa Rica: a felicidade de não ter um exército. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/12/21/mundo/noticia/costa-rica-a-felicidade-de-nao-ter-um-exercito-1617064>. Acesso em 20/06/2018

hipótese também carece de fontes, mas o fato de que em publicações atuais a Costa Rica seja vista como um país “avançado” demonstra que há, sim, uma vitória ideológica.

A Teoria Marxista da Dependência nos permite um olhar crítico em relação a não só o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, mas ao projeto de dominação imperialista integrada em todos os países da região¹⁴². Vania Bambirra aponta, por diversas vezes, em seu trabalho *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*¹⁴³ que as contradições do capitalismo, quando se agudizam, agudizam também a luta de classes, produzindo efeitos na sociedade. Tratando-se de América Latina, estas contradições são em muitos casos com a violência da classe dominante, consequência esta que, por óbvio, não é absoluta,

Nesta pesquisa analisamos um momento da história ocorrido na Costa Rica em que, mais uma vez, a burguesia manteve sua posição a partir do uso da violência, interrompendo um longo processo de eleições contínuas. “Pero recordemos que unas elecciones no bastan para hacer democrático a um régimen político”¹⁴⁴. Contra a dominação imperialista e pela soberania nacional dos países latino-americanos, neste trabalho fazemos uma escolha política ao avaliar os limites do capitalismo e projetar o alcance dessas pautas pelo fim da sociedade capitalista e a construção de uma nova; uma em que impere o poder popular e não a exploração.

¹⁴² BAMBIRRA, op. cit.

¹⁴³ IDEM

¹⁴⁴ TORRES RIVAS, Edelberto. *Centroamérica: entre revoluciones y democracia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p.199

Referências Bibliográficas

ARRIAGA RODRÍGUEZ, Juan Carlos. El largo proceso histórico de partición territorial. Las fronteras en América Latina y el Caribe, siglos XVI al XXI. Cidade do México: Bonilla Artigas Editores/Universidad de Quintana Roo, 2012

BAMBIRRA, V. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012

BUSCONE, P. The Demilitarization of Costa Rica. Disponível em: <https://bit.ly/2JQvV5M> - Acesso em: 20/06/2018

COCKROFT, James. Santo Domingo: funerais del modelo reformista en America Latina. In: FRANK, A. G; COCKROFT, J; JOHNSON, D (orgs). Economia Política del Subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

GARCIA MÁRQUEZ, G. Cem Anos de Solidão. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GONZÁLES CASANOVA, P. (coord.) El Estado en América Latina: teoría y práctica. México: Siglo Veintiuno, 1990.

LENIN, V. I. Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LONGLEY, Kyle. The Sparrow and the Hawk. Costa Rica and the United States during the rise of José Figueres. Tucaloosa: The University of Alabama Press, 1997

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973). Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia – MG In:

Stédile, J. ; Traspadini, R (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011

MARX, K. A mercadoria. In: _____. O Capital: livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013

MICHELENA, José A. A Crise do Sistema Mundial: política e bloco de poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

OSORIO, J. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

PÉREZ BRIGNOLI, H. Breve Historia de Centro America. Madrid: Alianza, 2000

ROJAS BOLAÑOS, Manuel. Lucha Social y Guerra Civil en Costa Rica: 1940-1948. São José: Editorial Porvenir, 1986

TORRES RIVAS, Edelberto. Centroamérica: entre revoluciones y democracia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009

VEGA CARBALLO, J. L. Democracia y Dominación em Costa Rica. In: VÁRIOS. Centroamérica en crisis. México D.F., Colegio de México, 1980

VEGA CARBALLO. America Latina: historia de medio siglo. Vol. 2. Buenos Aires: Siglo XXI, 1981

WOOD, E. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

Lista de Fontes

Constituição de 1949

Constitución Política de la República de Costa Rica de 1949. Disponível em: <http://www.tse.go.cr/pdf/normativa/constitucion.pdf>, - Acesso em 20/06/2018

Documentos da CIA

Congresional Record – House. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP67B00446R000500120010-3.pdf> - Acesso em 20/06/2018

Costa Rican Ex President Admits his Long CIA Role. Disponível em: <https://bit.ly/2M1TZPR> - Acesso em 20/06/2018

Costan Rican Revolt. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01443R000300210015-1.pdf> - Acesso em 20/06/2018

House of Representatives. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP65B00383R000200220026-0.pdf>. - Acesso e 20/06/2018

Political Situation in Costa Rica. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0001319598.pdf. - Acesso em 20/06/2018

President Kennedy's Trip to Costa Rica. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00429A001100020041-8.pdf>. - Acesso: 20/06/2018

Resources of Oposition Party in Costa Rica. Disponível em: <https://bit.ly/2MGcz0R>. - Acesso em 20/06/2018